Diário do Comércio

91 ANOS / DESDE 1932
Belo Horizonte, MG
Quinta-feira, 19 de setembro de 2024

EDIÇÃO 25.167

diariodocomercio.com.br
JOSÉ COSTA fundador
ADRIANA COSTA MULS presidente

R$ 3,50

Engler propõe diálogo com todas as esferas de poder

ENTREVISTA Se for eleito, o candidato do PL à PBH pretende mudar os contratos de transporte público do Executivo municipal

Eleições 2024

Candidato à Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), o deputado estadual Bruno Engler (PL) aposta na sua experiência de seis anos na Assembleia Legislativa para administrar o Executivo municipal com diálogo em todas as esferas de poder. Ele defende mudanças nos contratos do transporte público da Capital e repete o mote da campanha de Alexandre Kalil em 2014, falando em abrir a caixa preta da BHTrans. Engler propõe uma auditoria nos contratos firmados pela PBH e a revisão do plano diretor, incluindo a imediata reversão do coeficiente de construção e alterações no código de posturas da cidade.

"Belo Horizonte é a capital mundial do sinal vermelho. O nosso sistema de gestão de trânsito é antigo e ultrapassado e a gente vai modernizá-lo através da inteligência artificial", afirma Engler, em entrevista exclusiva ao Diário do Comércio. Para melhorar a mobilidade urbana, o candidato sugere a implantação de um Rodoanel. "O Anel Rodoviário não comporta mais a demanda", argumenta. PÁGS. 8 E 9

Bruno Engler defende a implantação de Rodoanel FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / BRENO RIBEIRO

O recolhimento de impostos do governo de MG chegou a R$ 71,7 bilhões de janeiro a agosto FOTO: GIL LEONARDI / IMPRENSA MG

Arrecadação estadual aumenta 15,9%

Com um montante de R$ 8,7 bilhões, a arrecadação do governo de Minas Gerais cresceu 15,9% em agosto frente ao mesmo mês de 2023. No acumulado do ano, o recolhimento de impostos e taxas pelo Estado chegou a R$ 71,7 bilhões, um avanço de 12,94% ante igual período do ano passado. De acordo com a Secretaria de Fazenda (SEF), a alta em agosto foi puxada pelo ICMS, que superou pela primeira vez em 2024 a marca de R$ 7 bilhões mensais. PÁG. 17

Copom decide elevar a taxa Selic em 0,25 ponto percentual

PÁG. 16

Sebrae estimula a digitalização de pequenos negócios no Estado

PÁG. 11

Confiança da indústria mineira apresenta alta em setembro

PÁG. 3

EDITORIAL

Enquanto a campanha eleitoral nos Estados Unidos se aproxima da reta final sem que tenha ficado suficientemente clara a preferência dos eleitores, chega aos palanques um novo tema para aquecer os debates. Estamos falando da possibilidade de compra da US Steel, espécie de ícone da indústria norte-americana, pela Nippon Steel. A novidade fica por conta de um possível veto do presidente Joe Biden à transação por conta de suas implicações para a segurança nacional. Donald Trump ou Kamala Harris já cuidaram de afirmar que pensam da mesma forma e não desejam que um dos símbolos da economia do país caia em mãos estrangeiras. Os norte-americanos bem poderiam dizer "façam o que eu digo, mas não façam o que eu faço". PÁG. 2

ARTIGOS

Minas é um dos estados mais impactados no País por incêndios, seca e estiagem, segundo levantamento da CNM FOTO: DIVULGAÇÃO / REDE NACIONAL DE BRIGADISTAS

Minas Gerais registra prejuízos de R$ 4,1 bi com a crise climática

Minas Gerais é um dos estados mais afetados pela gravíssima crise climática que assola o Brasil, com seca, estiagem prolongada e incêndios florestais, que comprometem a saúde da população. Levantamento atualizado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) indica prejuízos de R$ 4,1 bilhões em 160 cidades mineiras até agora neste ano. Mais de 672,8 mil pessoas foram impactadas diretamente pelas consequências ambientais no Estado. PÁG. 5

O café respondeu por 29,6% do faturamento bruto do setor agropecuário no Estado em 2023, aponta pesquisa do IBGE FOTO: DIEGO VARGAS / SEAPA

VBP do agronegócio de MG diminuiu 7,2% no ano passado

Sob impacto da desvalorização de *commodities*, o Valor Bruto da Produção (VBP) do agronegócio de Minas Gerais caiu 7,2% em 2023 frente ao ano anterior. Segundo o IBGE, o faturamento no Estado ficou em R$ 81 bilhões. O café gerou 29,6% do VBP da agricultura. No entanto, municípios mineiros se sobressaíram em culturas específicas. Uberaba foi o maior produtor nacional de cana. PÁG. 10

DÓLAR DIA 18

	COMPRA	VENDA
COMERCIAL	R$ 5,4620	R$ 5,4630
TURISMO	R$ 5,4720	R$ 5,6520
PTAX (BC)	R$ 5,4761	R$ 5,4767

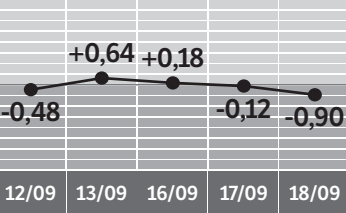
EURO DIA 18

	COMPRA	VENDA
COMERCIAL	R$ 6,0867	R$ 6,0879

OURO DIA 18

NOVA YORK (ONÇA-TROY) US$ 2.559,14
BM&F (g) R$ 452,19

TR dia 19	0,0759%
POUPANÇA dia 19	0,5763%
IPCA – IBGE julho	0,38%
IPCA – IPEAD julho	0,55%
IGP-M julho	0,61%

BOVESPA

OPINIÃO

A dança das cadeiras

Marco Antonio Spinelli
Médico, com mestrado em psiquiatria, psicoterapeuta de orientação junguiana

Diante da sociedade do espetáculo e do mundo da pós-verdade, que vivemos, depois do choque inicial com a cadeirada que o candidato José Luiz Datena deu no também candidato Pablo Marçal, me perguntei se Datena tinha finalmente aprendido a fazer marketing digital nesses tempos de lacração. Ele criou o meme da noite, da semana, e da eleição.

Sua imagem dando cadeirada no opositor gerou todo tipo de insulto e de ilação, e bombou em menções. Ele conseguiu uma atenção esmagadora nas redes sociais, além de oferecer o mesmo destaque ao agredido. Este sim, desejava levar uma cacetada para ganhar as visualizações que tem perdido na propaganda gratuita de rádio e TV.

Não tenho pretensão de ser psiquiatra do Datena, nem fazer diagnóstico do seu estado clínico. Vou apontar algumas observações sobre seu comportamento público e pretendo fazê-lo com muito mais respeito que palpiteiros e haters. Em entrevista a um canal no Youtube, Datena falou da riqueza da experiência andando pelas ruas, em contato com o povão, sempre sofrido e ludibriado pelos salvadores da vez.

A entrevistadora, delicadamente, observou que ele estava falando em tom de despedida. Em lágrimas, respondeu que estava fazendo de tudo, mas não convencia as pessoas a votarem nele. Abandonou a entrevista chorando. Em outro debate, diante de mais insultos do influencer Pablo Marçal, já tinha esboçado a vontade de agredi-lo, parando no último momento. Dessa vez, Pablo Marçal debochou e falou que não tinha sido homem de completar sua intenção. Então lá veio a cadeirada.

Datena está aparentemente com dificuldade de regulação emocional, com essas explosões estranhas para um comunicador tão experiente em embates. Junta a sua carga de estresse, já muito alta, a dúvida sobre sua entrada na política. Talvez exista o medo de se expor a esse tipo de ataque frequente na selva digital.

Pablo Marçal o chamou de milionário que nada faz pelo povo, mencionou que foi acusado de assédio e calou sua acusadora com dinheiro, e achincalhou sua hombridade. Em psiquiatria, o acting out é quando se passa ao ato, sem a intervenção do nosso cérebro racional. Datena passou ao ato. Não o fez de forma deliberada, acho eu.

> *"Em entrevista a um canal no Youtube, Datena falou da riqueza da experiência andando pelas ruas, em contato com o povão, sempre sofrido e ludibriado pelos salvadores da vez"*

No Youtube, a pesquisadora Molly Crockett explicou sobre porque o cérebro adora a indignação, ultraje e a sensação de punição das 'pessoas más'. Áreas do cérebro ligadas ao prazer e à recompensa são ativadas quando alguém é punido por seus malfeitos. Garanto que essas áreas do cérebro do público ficaram acendendo de prazer ao rever aquela cena: "Você não foi nem homem para me bater..." Pumba! Agora foi...

A agressão física e a passagem ao ato caracterizam um sinal de disfunção e de doença quando efetivada. Ela é caracterizada como uma contravenção penal. Mas a política de canalização do ódio, de moagem de biografias e de lacração baseada em notícias falsas são também criminosas e mais difíceis de caracterizar e punir.

O terrorismo da política da lacração, do insulto e da maledicência digital pode ser enfrentado, e está sendo combatido com bom jornalismo e diante do ridículo, com o deboche. Se você cair na cilada de se indignar e tentar mostrar o absurdo que está sendo dito, perdeu. Se der uma cadeirada, a democracia perdeu. E perdemos juntos.

Poucas e boas falas

Cesar Vanucci
Jornalista (cantonius1@yahoo.com.br)

"Vista do alto a terra parece em perfeita ordem" (Jared Isaacman, primeiro turista espacial)

1) O noticiário de cada dia mostra um turbilhão de lances impactantes de feição negativa. Oportuno e de certo modo consolador, à vista disso, o registro de alguns fatos alvissareiros que permitam o sossego de uma pausa. Aqui estão algumas poucas e boas falas.

A esperança de um mundo melhor, onde caiba todo mundo com suas diversidades, é a mensagem transmitida do alto dos pódios das Paralimpíadas de Paris. As emocionantes disputas, acompanhadas com os olhos rasos d´água por multidões, traduziram comovente superação, heroísmo silente, crença poderosa no verdadeiro sentido da vida. Acenaram com a radiosa perspectiva de que o espírito humano pode, sim, desfazer os nós górdios das mazelas sociais que tanto enfeiam a paisagem global. Na competição, nossos atletas paralímpicos brilharam mais uma vez. Asseguraram posição de destaque entre os abnegados adeptos dessas práticas esportivas edificantes. Sentimo-nos, todos os brasileiros, muito bem representados nos 89 pódios por eles conquistados. E, também de forma especial, quando, na cerimônia de encerramento dos Jogos, o presidente do comitê organizador apontou nosso compatriota Gabrielzinho como símbolo da valorosa plêiade de competidores de todas as nacionalidades, etnias e idiomas.

2) "Vista do alto, a terra parece em perfeita ordem". A exclamação é do bilionário israelense que dias atrás deixou uma cápsula colocada na órbita da terra para um passeio pelo espaço sideral. O extraordinário feito científico sinalizou a perspectiva de excursões turísticas, em futuro próximo, ao infinito céu azul. A arrojada experiência tecnológica tornou-se possível graças a uma associação da Nasa e iniciativa privada. O turista pioneiro esteve acompanhado de mais 3 pessoas, entre elas 2 engenheiras. O mundo contemplou maravilhado a façanha.

3) Escolha esplêndida. O presidente Lula acertou em cheio ao indicar Macaé Evaristo ao cargo de ministra dos Direitos Humanos e Cidadania. A parlamentar mineira, com trajetória cintilante na esfera da educação e do serviço social, ocupa há anos, por força de talento, competência, capacidade criativa, postos de realce na governança pública. Foi a primeira mulher negra a assumir a Secretaria de Educação em BH e a Secretaria de Educação em MG. Esteve à frente de uma das secretarias do Ministério da Educação. Em todas essas funções batalhou incansavelmente pelo ensino e pela inclusão social. Notabiliza-se ainda por ações em favor da valorização da mulher, enfrentando com destemor o racismo e outros preconceitos que alvejam a dignidade. Tem ainda a seu crédito impecável atuação em ações voltadas para a implantação de escolas indígenas e as cotas para ingresso de estudantes negros e indígenas de escolas públicas, no ensino superior. Sua experiência profissional a qualifica a conduzir com eficiência e bom senso o Ministério neste momento de crise.

EDITORIAL

Dois pesos e duas medidas

Enquanto a campanha eleitoral nos Estados Unidos se aproxima da reta final sem que tenha ficado suficientemente clara a preferência dos eleitores, chega aos palanques um novo tema para aquecer os debates. Estamos falando da possibilidade de compra da US Steel, espécie de ícone da indústria norte-americana, pela Nippon Steel, negócio que vem sendo discutido desde dezembro passado. A rigor, a novidade fica por conta de um possível veto do presidente Joe Biden à transação por conta de suas implicações para a segurança nacional, com o que parecem concordar os dois candidatos mais fortes, Donald Trump e Kamala Harris, ambos já apontados apenas como interessados nos eleitores da Pensilvânia, sede dos principais negócios da outrora poderosa empresa e também de sindicatos contrários à transação.

A US Steel foi formada em 1901 como resultado da fusão das três maiores siderúrgicas da época nos Estados Unidos e sob patrocínio do banqueiro JP Morgan, igualmente dono de uma cadeira no panteão dos grandes empreendedores de seu país. Além de líder no país, a siderúrgica chegou a ser a maior corporação do planeta, com seus negócios, que colheram grandes benefícios com as duas grandes guerras, intimamente atrelados à política externa dos Estados Unidos. Um impulso que foi perdido a partir dos anos 70 do século passado, quando a indústria pesada e os negócios poluentes, ditos "sujos", foram deliberadamente esvaziados ao mesmo tempo em que a indústria eletrônica e de informática foi ocupando o palco dos negócios no país. Sobre as discussões mais atuais, a US Steel diz que um possível bloqueio às negociações com a Nippon Steel – uma das controladoras da Usiminas – poderá apressar seu colapso.

Cabe observar e, sobretudo, aprender com o que parece ser o amargo fim, ou declínio, da corporação que durante algum tempo foi também o próprio símbolo do poderio econômico dos Estados Unidos. Cabe observar também, e aprender, que o presidente dos Estados Unidos pode chamar a si a obrigação de vetar o negócio e, sem mais explicações, simplesmente declarando que ele não é conveniente para seu país, atentando contra a segurança nacional.

Contra esta opinião não existem argumentos que possam parar de pé, tanto que o futuro presidente do país, seja Donald Trump ou Kamala Harris, já cuidaram de afirmar que pensam da mesma forma e não desejam que um dos símbolos da economia do país caia em mãos estrangeiras. Resumindo e concluindo, mais um daqueles casos em que será apropriado lembrar que os norte-americanos bem poderiam dizer "façam o que eu digo, mas não façam o que eu faço".

Diário do Comércio

FUNDADO EM 18 DE OUTUBRO DE 1932
Fundador
José Costa

PRESIDENTE DO CONSELHO GESTOR
Luiz Carlos Motta Costa
conselho@diariodocomercio.com.br

PRESIDENTE E DIRETORA EDITORIAL
Adriana Muls
adriana.muls@diariodocomercio.com.br

DIRETOR EXECUTIVO
Yvan Muls
yvan.muls@diariodocomercio.com.br

CONSELHO CONSULTIVO
Enio Coradi
Tiago Fantini Magalhães
Antonieta Rossi

CONSELHO EDITORIAL
Adriana Machado / Claudio de Moura Castro / Lindolfo Paoliello / Luiz Michalick Mônica Cordeiro / Teodomiro Diniz

DIÁRIO DO COMÉRCIO EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA.
Av. Américo Vespúcio, 1.660 CEP 31.230-250 - Caixa Postal: 456

REDAÇÃO

EDITORA-EXECUTIVA
Luciana Montes

EDITORES
Alexandre Horácio
Clério Fernandes
Rafael Tomaz
Cláudia Duarte

pauta@diariodocomercio.com.br

TELEFONES
Atendimento Geral 3469-2000
Administração 3469-2004
Redação 3469-2040
Comercial 3469-2007
Industrial 3469-2085 / 3469-2092

GERENTE INDUSTRIAL
Manoel Evandro do Carmo
industrial@diariodocomercio.com.br

ASSINATURA (impresso + digital)
assinaturas@diariodocomercio.com.br
SEMESTRAL R$ 396,90
Belo Horizonte, Região Metropolitana
ANUAL R$ 793,80
Belo Horizonte, Região Metropolitana
PREÇO DO EXEMPLAR AVULSO:
R$ 3,50
Demais regiões, consulte
nossa Central de Atendimento.
DISTRIBUIDOR AUTORIZADO:

Oséias Ferreira de Resende
Logística de transporte e distribuição
(31) 98302-1231

FILIADO À
ANJ Associação Nacional de Jornais
SINDIJOR

Os artigos assinados refletem a opinião do autor. O Diário do Comércio não se responsabiliza e nem poderá ser responsabilizado pelas informações e conceitos emitidos e seu uso incorreto.

diariodocomercio.com.br
diariodocomercio
@diariodocomercio

ECONOMIA

Empresário industrial está mais confiante em Minas

ICEI-MG **Melhora em indicadores econômicos, como o consumo das famílias, vem influenciando o otimismo do setor no Estado**

JULIANA GONTIJO

A melhora na percepção dos empresários sobre a situação atual da economia e de seus negócios, bem como o maior otimismo para os próximos seis meses, contribuiu para elevar a confiança do industrial mineiro em setembro, segundo levantamento divulgado ontem (18) pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg). Além disso, o consumo elevado das famílias vem mantendo a confiança dos empresários em patamar positivo.

Esses fatores fizeram com que o Índice de Confiança do Empresário Industrial de Minas Gerais (Icei-MG) registrasse aumento de 1,3 ponto em relação a agosto (50,7 pontos), chegando a 52 pontos em setembro. Com esse resultado, os industriais do Estado mostraram-se confiantes pelo 20º mês seguido, já que o indicador permaneceu acima dos 50 pontos, que separa a falta de confiança da confiança.

Apesar do avanço mensal, o indicador calculado pela Fiemg apresentou queda, considerada leve, de 0,2 ponto frente a setembro do ano passado (52,2 pontos) e ficou 0,7 ponto abaixo da sua média histórica, de 52,7 pontos.

O melhor resultado do ano, até o momento, foi verificado em março, quando o Icei-MG chegou a 53 pontos. "Durante o ano, o indicador tem oscilado, ficando um pouco acima dos 50 pontos", observa a economista da entidade, Daniela Muniz.

O indicador mineiro ficou abaixo do nacional. No País, o Icei aumentou 1,6 ponto na comparação com agosto (51,7 pontos) e alcançou 53,3 pontos no nono mês de 2024, o que mostra uma confiança mais intensa e disseminada entre os industriais brasileiros.

O aumento do emprego em Minas, conforme mostra os últimos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), colaborou para a manutenção da confiança da indústria de Minas Gerais, segundo a economista da Fiemg, já que impacta positivamente no consumo. "O aumento do salário mínimo e os reajustes salariais de muitas categorias acima da inflação neste ano e os programas do governo de transferência de renda também ajudaram no desempenho positivo da confiança", diz.

Dados do Caged mostram que nos primeiros sete meses de 2024 o Estado criou 173,3 mil empregos com carteira assinada, o maior volume para esse intervalo desde 2021 (239,7 mil) – o montante também superou o resultado de todo o ano de 2023 (138,2 mil). Entre as unidades da Federação, Minas Gerais foi o segundo que mais gerou vagas, atrás de São Paulo (441,1 mil).

Daniela Muniz observa que, a despeito de dados positivos da economia, como aumento do emprego e da renda, que contribuem para a elevação do consumo, o industrial mineiro segue confiante, mas com cautela. As incertezas quanto à trajetória das finanças públicas e da taxa básica de juros da economia (Selic), além da pressão cambial, continuam limitando uma recuperação mais forte da confiança empresarial, que permanece em patamar baixo.

Componentes – No caso do componente de condições atuais houve crescimento de 2,6 pontos de agosto (45,6 pontos) para setembro (48,2 pontos), marcando a segunda elevação consecutiva do indicador. O índice mostrou relativa estabilidade em relação a setembro de 2023 (48,1 pontos).

Com relação ao componente de expectativas foi verificado avanço de 0,7 ponto na comparação com agosto (53,2 pontos).

Além de mostrar confiança por parte da indústria para os próximos meses, Icei-MG apresentou resultado positivo no componente de condições atuais FOTO: JOSÉ PAULO LACERDA / CNI

Falta de capacitação em gestão prejudica setor

MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS Há desafios, mas segmento de locação espera crescer 19% no Estado este ano; expectativa é de alta maior do que no País

JULIANA SODRÉ

A alta demanda proporcionada pelo *boom* da construção civil tem impactado positivamente e trazido bons negócios para o setor de locação de máquinas e equipamentos em Minas Gerais. O setor espera crescer 19% no Estado este ano. A expectativa é maior que o crescimento esperado no País, porém, a falta de capacitação em gestão é apontada como principal desafio do setor.

De acordo com o gerente executivo do Sindicato das Empresas Locadoras de Equipamentos, Máquinas, Ferramentas e Serviços Afins do Estado de Minas Gerais (Sindileq), Allan Rodrigues, em 2023, as empresas de locação em Minas Gerais faturaram R$ 6,8 bilhões e, este ano, esperam faturar R$ 8,1 bilhões.

A expectativa é maior que as projeções de crescimento nacional. Em todo o Brasil, o setor espera uma alta 12% nos negócios de locação. A previsão é que o faturamento nacional saia dos R$ 25 bilhões apurados em 2023 e alcance os R$ 28 bilhões ao término deste ano. "Minas é o segundo mercado locador no País e estamos tendo um volume grande de investimentos em infraestrutura e construção. Fazemos parte dessa cadeia produtiva que está em alta", diz o gerente executivo do Sindileq.

> **"Alta demanda proporcionada pelo *boom* da construção civil tem impactado positivamente setor de locação de máquinas e equipamentos em Minas Gerais"**

A construção civil é o principal cliente do setor de locações que atende ainda outras áreas importantes como o agronegócio, a indústria e a mineração. Cerca de 70% das locações realizadas em Minas Gerais provem da construção civil. "Enquanto eles estiverem crescendo, a locação de equipamentos cresce junto", pontua Rodrigues.

"Inflação das máquinas" - Porém, o mercado aquecido também tem trazido novos desafios para o setor. Conforme informado pelo gerente executivo do Sindileq, a alta procura pelos equipamentos tem gerado uma inflação no preço das máquinas e ferramentas em geral por parte dos fabricantes.

Em função da alta demanda, os empresários têm investido na renovação dos equipamentos e contado com uma linha de crédito favorável que vem, em sua maioria, dos próprios fabricantes.

Conforme informa Rodrigues, das três linhas de máquinas e equipamentos que o mercado de locação atua, apenas a de máquinas pesadas (linha amarela) recebe crédito de bancos e do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES). "As outras duas, ferramentas elétricas e máquinas leves como betoneiras, o crédito vem direto do próprio fabricante", explica.

Em 2023, empresas de locação de máquinas e equipamentos faturaram R$ 6,8 bilhões no Estado e, este ano, expectativa é faturamento de R$ 8,1 bilhões FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK

Maior desafio a ser enfrentado, segundo Sindileq

A falta de capacitação em gestão por parte do empresário da locação é o maior desafio do setor na visão do gerente do Sindileq. "Ele mesmo é responsável pela prostituição do mercado ao fazer preços muito baratos e entender que concorrente bom é concorrente morto", afirma.

Para ele, falta fortalecimento dos empresários e entendimento que o concorrente é parceiro e não inimigo. "Nosso principal gargalo é a carência de empresários mais bem preparados para poder ter o negócio que têm", diz Allan Rodrigues.

No Estado, cerca de 78% das empresas de locação são negócios com até 15 colaboradores. "São empresas pequenas que têm à sua frente empresários que, muitas vezes, não têm capacitação de gestão e entendem que o diferencial competitivo é o preço baixo. Se você avaliar pelo produto, o de todos é igual. O que agrega valor? Serviço, solução e qualidade de entrega para o cliente", pontua.

O gestor executivo explica que como o empresário não tem a expertise, ele baixa o preço na intenção de "matar" o concorrente."É uma concorrência predatória, que é prejudicial para o mercado", critica.

Ele acredita que as construtoras contribuem com a disputa do preço baixo. "Elas não calculam que se alguém oferece um preço menor, não tem como ser um equipamento de qualidade. O equipamento ruim para a mão de obra, que já é escassa, para também. É um custo muito maior para eles do que pagarem um preço justo para um equipamento bem cuidado", avalia.

Para contribuir com os empresários, o Sindileq tem focado em capacitação de gestão e fornecido consultoria de negócios. "Queremos conscientizar o empresário que ele tem que melhorar o negócio dele por meio de prestação de serviços e solução de problemas. Locação de equipamento hoje é commodity, todo mundo faz", finaliza. **(JS)**

MCMV

Programa avança mais rápido, diz governo

O cronograma do Minha Casa, Minha Vida (MCMV) está avançando mais rápido do que o esperado, segundo o ministro das Cidades, Jader Filho. A meta estipulada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva é de 2 milhões de contratações até o fim do mandato. A expectativa do governo é a de chegar à metade dessa meta já nos próximos dias.

"Em primeira mão, quero dizer que já estamos bem perto de 1 milhão de casas [contratadas], bem antes do que estava previsto, que seria entre o fim de dezembro e o início de janeiro. Chegaremos, ainda em setembro, a 50% da meta determinada pelo presidente Lula", revelou Jader Filho ontem (18), ao programa Bom Dia, Ministro, produzido pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

O ministro anunciou também que uma nova seleção de projetos para o MCMV está prevista para 2025 e que, já nas próximas semanas, serão selecionados os municípios com menos de 50 mil habitantes que receberão recursos destinados ao programa.

Segundo Jader Filho, os recursos para o programa estão todos garantidos, não havendo, portanto, qualquer possibilidade de corte ou contingenciamento. "E não haverá atraso no repasse das obras porque o recurso já está depositado nos fundos", acrescentou.

"Agora, o que a gente quer em troca dessa segurança, é que os construtores entreguem o quanto antes essas unidades do MCMV, porque quem está morando de aluguel ou em áreas de risco tem pressa", complementou.

Reflexos - O ministro lembrou o impacto positivo que o programa tem causado para a economia, ressaltando, no entanto, que suas benesses vão muito além da questão econômica. "No último trimestre, o MCMV lançou mais empreendimentos do que a iniciativa privada. 53% dos lançamentos de unidades habitacionais do País foram do MCMV", informou.

"Estamos calculando que, com o setor da construção civil, alcançamos pleno emprego no Brasil", disse ao explicar que o MCMV já garantiu um total de R$ 72 bilhões em investimentos e que, considerando os financiamentos, chega-se a um total superior a R$ 350 bilhões. Esses investimentos, segundo o ministro, geraram 1,8 milhão de empregos diretos e 5 milhões indiretos. **(ABr)**

ECONOMIA PARA TODOS

GUILHERME ALMEIDA

Especialista em Educação Financeira no Grupo Suno. Sócio-fundador da Certifiquei, possui experiência como economista, atuando na gestão e elaboração de pesquisas e análises socioeconômicas. Mestre em Estatística pela UFMG

O impacto das queimadas

As queimadas no Brasil, especialmente no Pantanal e em São Paulo, têm ganhado destaque nas últimas semanas. Embora muitas vezes tratadas sob uma ótica ambiental, seus efeitos econômicos e sociais são profundos. O impacto econômico é amplo, afetando desde a produção agrícola até os preços dos produtos, o desenvolvimento regional e a saúde pública.

A destruição da vegetação compromete diretamente a produtividade agrícola, um dos pilares da economia brasileira. Com a perda de áreas cultiváveis e a degradação do solo, a produção diminui, reduzindo a oferta de alimentos — arroz, feijão e leite têm sido particularmente afetados. Essa escassez naturalmente pressiona os preços, elevando a inflação e afetando o poder de compra das famílias, especialmente aquelas que dedicam grande parte do orçamento à alimentação.

Além de aumentar os preços internos, as queimadas prejudicam as exportações. Elas não apenas reduzem o volume exportado, mas também mancham a reputação do Brasil no cenário internacional. Em um mundo cada vez mais voltado para a sustentabilidade, a falha do País em proteger seus recursos naturais pode resultar em sanções econômicas e na perda de mercados estratégicos, afetando a competitividade de nossas exportações.

> *"A destruição das bases produtivas provoca desemprego e queda na renda, ampliando a pobreza e a desigualdade"*

No âmbito regional, as queimadas intensificam a vulnerabilidade econômica de municípios que dependem fortemente do agronegócio e da exploração de recursos naturais. A destruição das bases produtivas provoca desemprego e queda na renda, ampliando a pobreza e a desigualdade. Muitas vezes, essas populações são forçadas a migrar em busca de novas oportunidades, o que sobrecarrega os serviços públicos das áreas receptoras e gera tensões sociais.

Outro impacto importante é na saúde pública. A fumaça das queimadas piora a qualidade do ar, contribuindo para o aumento de doenças respiratórias, especialmente entre os mais vulneráveis, como crianças e idosos. O sistema de saúde, já sobrecarregado, enfrenta custos maiores, desviando recursos que poderiam ser destinados a outras áreas.

Dessa forma, as queimadas no Brasil vão muito além de um problema ambiental; elas representam uma ameaça concreta ao desenvolvimento econômico e social do País. Normalmente, observamos certa sazonalidade em sua ocorrência, com picos nos meses de julho e agosto, e um período de menor atividade no início do ano. Neste ano, porém, os registros apuram recordes, puxando a média para cima. Para garantir um futuro sustentável, é essencial que políticas públicas eficazes sejam implementadas, integrando crescimento econômico, justiça social e preservação ambiental.

Em decorrência da seca e estiagem, incêndios florestais seguem em alta exponencial, impactando mais de 190 mil pessoas em 16 municípios do Estado FOTO: JOEL SILVA / REUTERS

Minas acumula prejuízos de R$ 4,1 bilhões em 2024

SECA E INCÊNDIOS Levantamento atualizado é da Confederação Nacional de Municípios(CNM); no Estado, são 160 cidades que somam perdas com efeitos climáticos

LEONARDO MORAIS

Em chamas, o Brasil enfrenta uma das mais severas crises climáticas da história e Minas Gerais está entre os estados mais impactados por eventos em decorrência da seca e estiagem. Em 2024, os prejuízos já somam R$ 4,1 bilhões em 160 cidades mineiras, conforme consta no levantamento atualizado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM).

Somente no Estado, mais de 672,8 mil pessoas foram impactadas diretamente pelas consequências ambientais. As consequências variam de local para local, com destaque para municípios de forte atuação agrícola, que enfrentam a escassez de recursos hídricos e fortes quebras de safra.

Também em decorrência da seca e estiagem, os incêndios florestais seguem em alta exponencial, impactando mais de 190 mil pessoas em 16 municípios. Os eventos agravaram a crise e acumularam, pelo menos, R$ 17,3 milhões em prejuízos diretos em Minas Gerais, destruindo não apenas as áreas de vegetação, mas também comprometendo a qualidade do ar e a saúde pública da população.

Até novembro deste ano, mais de 90 municípios estarão em situação de emergência em decorrência da seca, segundo decreto de maio do governo de Minas Gerais e publicado no Diário Oficial do Estado com duração de 180 dias. Entre os municípios listados estão cidades nas regiões Norte e Nordeste de Minas, como Jequitinhonha, Pirapora, Januária e Almenara.

Em resposta à gravidade da situação, foram emitidos 172 decretos emergenciais, com o objetivo de intensificar as ações de combate aos incêndios e minimizar os efeitos da estiagem. Esses decretos são encarados como soluções momentâneas para garantir que as cidades consigam uma infraestrutura básica para enfrentarem condições extremas.

> “Somente no Estado, mais de 672,8 mil pessoas foram impactadas diretamente pelas consequências ambientais”

País despreparado - Para o professor do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Edson Paulo Domingues, os impactos da seca e estiagem na totalidade ainda são imensuráveis e só devem apresentar projeções factíveis em cerca de cinco anos. O economista, no entanto, avalia que os eventos estão afetando significativamente a produção agrícola, as condições de trabalho e a geração de energia no Estado.

Domingues destaca que o planejamento econômico brasileiro, elaborado pelo governo federal, não está preparado para enfrentar eventos climáticos. “Muito se fala e pouco se faz. Temos políticas públicas tímidas, com poucas ações regulatórias em termos de preservação, e após um período de forte negação de mudanças climáticas, a sociedade está começando hoje a reconhecer que tem um problema, mas não está pronta para resolvê-lo efetivamente”, avalia.

Atualmente, o economista avalia que ainda é preciso buscar dinheiro extra para solucionar problemas de eventos climáticos. O cenário ideal, segundo ele, seria incluir na previsão de gastos orçamentários um montante destinado às ações para condicionantes emergenciais, como secas, incêndios e alagamentos.

Outro desafio evidenciado é o desafio de equilibrar contenção de gastos com investimentos para evitar maiores problemas no futuro. “Governos e mercados precisam assumir que vão precisar gastar mais e o aumento de tributações é inevitável. Essa agenda de gastos em decorrência de mudanças climáticas deve estar inserida na política fiscal”, conclui.

PEC propõe que fundo climático fique fora do Orçamento

Sugerida e incentivada pela CNM, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 31/2024 prevê que os recursos do Fundo Nacional de Mudança Climática estejam fora do Orçamento Geral da União. A proposta começará a tramitar no Congresso Nacional sob a justificativa de que o atual modelo não é efetivo para prevenir e enfrentar as consequências da mudança climática.

A proposta determina que o produto da arrecadação dos Impostos de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que equivale a 3%, seja destinado ao Fundo Nacional sobre Mudança do Clima. O objetivo é que as cidades tenham condições de propor ações de conscientização sobre as mudanças climáticas com foco na prevenção de desastres naturais.

Segundo o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, as alterações climáticas são fenômenos cada vez mais frequentes e é muito importante aprovar com urgência a PEC. “Nossa proposta vai possibilitar um fundo permanente com cerca de R$ 30 bilhões para ações de prevenção e enfrentamento das consequências da mudança climática. Não é possível apenas assistirmos a tantas tragédias, dia após dia, sem que haja uma ação efetiva”, finaliza. **(LM)**

EDUCAÇÃO E NEGÓCIOS

GENEVIÈVE POULINGUE

Economista, presidente da Câmara de Comércio Internacional França-Brasil/ Minas Gerais e reitora da Faculdade SKEMA Business School

Letramento de gênero: essencial para a evolução da sociedade

É preciso ter muita Inteligência Emocional (IE) para ver que a cultura machista ainda prejudica as mulheres, mesmo com tanto desenvolvimento na sociedade, impulsionado pela Inteligência Artificial (IA).

Somos capazes de desenvolver softwares inteligentes o suficiente para “aprender” como máquinas. Mas, paradoxalmente, nós humanos ainda lutamos para aceitar plenamente a competência feminina e sua presença profissional em diferentes posições na sociedade.

Casos de assédio moral e sexual contra mulheres que estão em cargos de poder, ou não, mostram que a falta de respeito à igualdade de gênero ainda se apresenta em todas as classes sociais. Devemos permanecer otimistas quanto às mudanças de nossa sociedade em direções desejáveis para o bem de todos. Contudo, devemos refletir para avançar com ações concretas.

O respeito deve ser o alicerce das relações humanas. E se ainda precisamos debater equidade de gênero, direitos humanos, direitos de mulheres para reivindicar a integridade moral, física, além da justiça social feminina, é porque estamos longe de consolidar um mundo seguro e digno para todas.

Durante conflitos entre países ou dentro de uma nação, o estupro de mulheres costuma ser uma das primeiras “armas” usadas para demonstrar o domínio dos agressores. Tamanha violação, ou mesmo um comportamento sexista fora desses contextos, demonstra as mesmas origens: a necessidade de alguns homens de subjugar as mulheres, tratando-as como objetos sexuais. Em casos mais graves, como o feminicídio, nota-se ainda o desejo de dominação sobre o direito de viver.

Como educadora, percebo o condicionamento educacional como um elemento relevante. Naturalizar o lugar social de menos valia da mulher faz com que muitas delas não assumam o protagonismo e a responsabilidade por suas próprias vidas. Por isso, as instituições de ensino devem estar atentas a esta pauta desde a Educação Básica. Escolas de negócios, como a SKEMA, devem seguir fomentando a formação de jovens e a de lideranças femininas.

As histórias de princesas resgatadas por príncipes impactaram gerações de meninas, pois esse era o modelo de outros tempos. Hoje, precisamos mobilizar educadores, famílias e para um letramento de gênero. Só assim nossa sociedade evoluirá de verdade, permitindo às mulheres a conquista de lugares diversos.

Defendo que, para vencer as tentativas de domínio, uma educação de qualidade colabora ao entendimento e ao posicionamento na sociedade de que não somos objetos. Somos pessoas - educadoras, economistas, donas de casa ou que pudermos ser - e merecemos o mesmo respeito moral e físico que os homens, independentemente da cor, idade, classe social ou orientação sexual.

Evento abordará assuntos caros ao setor produtivo

IMERSÃO INDÚSTRIA **Painéis terão temas diversos, como energia, gestão de negócios, inovação tecnológica, ESG, economia e relações de trabalho**

JULIANA GONTIJO

O Imersão Indústria 2024 – 2º semestre está marcado para outubro, de 1º a 3, no Minascentro, na região Centro-Sul de Belo Horizonte. Serão mais de 50 palestrantes que vão abordar diversos temas voltados para o setor produtivo, entre eles, gestão de negócios, energia, meio ambiente, inovação tecnológica, ESG (sigla, em inglês, referente às boas práticas de empresas nos aspectos ambientais, sociais e de governança), economia e relações de trabalho.

A presidente e Diretora Editorial do Diário do Comércio, Adriana Muls, que também é organizadora do Movimento Minas 2032, será uma das painelistas do evento com o tema "Agenda 2030: movimentos para impulsionar a sustentabilidade no setor empresarial", marcado para o primeiro dia do evento.

O Movimento Minas 2032 – pela transformação global (MM2032), liderado pelo Diário do Comércio propõe uma discussão sobre um modelo de produção duradouro e inclusivo, capaz de ser sustentável, e o estabelecimento de um padrão de consumo igualmente responsável.

"Buscamos articular a sociedade com o objetivo de construir um projeto de futuro, tendo como premissas os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), da Organização das Nações Unidas (ONU)", diz.

Esse painel do Imersão Indústria 2024 será conjunto com o movimento Capitalismo Consciente e vai contar também com a presença da psicóloga, doutora em administração e conselheira da filial BH do Capitalismo Consciente, Renata Livramento. Adriana Muls também é conselheira do Capitalismo Consciente em Minas Gerais.

A gerente de energia, de conselhos e câmaras da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), Tânia Mara Santos, esteve na terça-feira (17), na sede do Diário do Comércio, em Belo Horizonte, e se encontrou com Adriana Muls e com o diretor executivo YvanMuls. Durante o encontro ela falou sobre algumas atrações do evento.

Entre os palestrantes já confirmados estão os sócios majoritários das Sociedades Anônimas do Futebol (SAFs) do Atlético-MG, Rubens Menin, e do Cruzeiro, Pedro Lourenço. Os empresários vão falar sobre a importância da gestão profissional no futebol em um debate, que terá como mediador o CEO da Rede 98 de rádio, Rodrigo Carneiro.

O Imersão Indústria 2024 - 2º semestre acontece de 1º a 3 de outubro, no Minascentro, na região Centro-Sul de Belo Horizonte e vai contar com mais de 50 palestrantes FOTO: JOÃO PAULO PRAIS / FIEMG

Expectativa - Tânia Mara Santos diz que a expectativa é que a 2ª edição do evento neste ano supere a anterior, que chegou a contar com 1,8 mil pessoas por dia. "Acredito que podemos chegar a ter um público de 2 mil pessoas por dia", diz. A primeira edição deste ano aconteceu em abril, também no Minascentro.

Criado em 2022, o Imersão Indústria chega à 5ª edição com o tema "Conexões para inspirar. Inovação para transformar". Por meio de palestras e painéis temáticos, o evento busca incentivar o *networking* entre empresas de todo o País. O evento é uma realização da Fiemg, Serviço Social da Indústria (Sesi) e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

Tânia Mara Santos foi recebida no Diário do Comércio pelo diretor executivo, Yvan Muls, e pela presidente, Adriana Muls FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / JULIANA GONTIJO

COMARCA DE VARGINHA - EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS. O Doutor PEDRO PARCEKIAN, MM. Juiz de Direito desta **3.ª Vara Cível da Comarca de Varginha, Estado de Minas Gerais**, na forma da lei etc... FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo processam-se os termos da AÇÃO MONITÓRIA, processo nº **0352790-73.2014.8.13.0707**, proposta por **FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS** em face de **MAGALI CLEMENTE DA CUNHA** e que por este meio e na forma do artigo 313, § 2º, inciso I, do NCPC, CITA MAGALI CLEMENTE DA CUNHA CPF: 873.716.507-00, nos(dos) termos da referida ação para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o PAGAMENTO da dívida no importe de R$ 55.756,54 (cinquenta e cinco mil, setecentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos), acrescida das cominações legais, executar a obrigação de fazer ou de não fazer ou entregar a coisa, se for o caso, acrescido em qualquer situação, do pagamento de honorários advocatícios de cinco por cento do valor atribuído à causa, hipótese em que, pagando, ficará isento de custas processuais. FICA A REQUERIDA ADVERTIDA de que não sendo embargada a ação, hipótese em que será nomeado curador especial, ou, rejeitados os embargos, constituir-se-á de pleno direito o Título Executivo Judicial, convertendo-se o Mandado em Mandado Executivo, prosseguindo-se na forma prevista no Título II do Livro I da Parte Especial do Código de Processo Civil. Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância, expediu-se o presente edital, que será afixado e publicado na forma da lei. Dado e passado na cidade e Comarca de Varginha, Estado de Minas Gerais, aos nove dias do mês de setembro de dois mil e vinte quatro (09.09.2024).

COMARCA DE IBIRITÉ/MG - EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS. O MM. da 3ª Vara Cível da Comarca de Ibirité/MG, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente ORSIMAR COSTA, inscrito no CPF sob o nº 659.374.906-06, que se encontra em lugar incerto e não sabido, que, por este Juízo e 3ª Vara, tramitam os autos nº 0154205-45.2013.8.13.0114, Execução de Título Extrajudicial, requerido por BANCO VOLKSWAGEN S.A., inscrito no CNPJ sob o nº 59.109.165/0001-49, em face de ORSIMAR COSTA, inscrito no CPF sob o nº 659.374.906-06. ASSIM CITA-SE ORSIMAR COSTA, acima qualificada, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para, decorrido o prazo de 20 (vinte) dias deste edital, da EXECUÇÃO contra ela proposta pela parte exequente, bem como INTIMA-SE para, no prazo de 03 (três) dias contados da citação, efetuar o pagamento do total devido, sob pena de lhe serem penhorados bens em quantos bastem à garantia do débito principal e acessórios. Fica a parte acima identificada ciente de que, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá oferecer embargos à execução no prazo legal de 15 (quinze) dias. Não havendo manifestação, serão aceitos como verdadeiros os fatos articulados na petição inicial pelo requerente, nos termos dos art. 335 e 344 do NCPC, sendo-lhe nomeado curador especial em caso de revelia. Para que ninguém alegue ignorância, mandou o MM. Juiz que se expedisse o presente edital, o qual será afixado no vestíbulo do Fórum Local e publicado de acordo com a lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Ibirité, Minas Gerais, aos 24 de julho de 2024. K-19e20/09

LCM CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO S.A.
CNPJ 19.758.842/0001-35
NIRE 3130011578-0
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **LCM CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO S.A.** ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE" ou "Assembleia") a ser realizada, em primeira convocação, em 07de outubro de 2024, às 09h00, de modo presencial,na sede social, Rua Pólos, n° 150, Sala n° 201, na Cidade de Belo Horizonte, Bairro Santa Lucia, CEP 30360-530, com a seguinte ordem do dia:a) Aprovar o aumento do capital social da Companhia, com a capitalização de saldo da distribuição de lucros e da reserva de lucros; b) Deliberar sobre a alteração do caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; c)Deliberar sobre a alteração, reformulação, adaptação e consolidação do Estatuto Social; d) Autorizar os administradores da Companhia a praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações. **Informações Gerais: 1. Documentos à disposição dos acionistas**. Todos os documentos e informações relacionados às matérias, e necessários ao exercício do direito de voto, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, ou foram a eles disponibilizados, tudoconforme previsto na Lei nº 6.404/1976("Lei das S.A."), ou por eles solicitados, na forma dos artigos 124, §3º e 133, §2º, ambos da Lei das S.A. **2. Documentos e Representação**. Poderão participar da AGE ora convocada os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, seja por si ou por seus representantes legais ou procuradores, que estejam com seus respectivos nomes devidamente registrados no "Livro de Registro de Ações Nominativas", nos termos da Lei das S.A. e do Estatuto Social. Conforme dispõe o artigo 126 da Lei das S.A., o acionista, para participar das Assembleias, deverá apresentar documento hábil a comprovar sua identidade. Se o acionista for pessoa jurídica, deverão ser entregues cópias do contrato/estatuto social da pessoa jurídica representada, comprovante de eleição dos administradores e das pessoas que concederam a procuração. Na hipótese de representação por procuração, deverá ser apresentado o instrumento de mandato devidamente formalizado e assinado, com menos de um ano. O outorgado deverá ser acionista, administrador da Companhia ou advogado.Eventuais esclarecimentos poderão ser obtidos diretamente com a Companhia.

Belo Horizonte/MG, 17 de setembro de 2024.

LUIZ OTÁVIO FONTES JUNQUEIRA - Diretor-Presidente

Santander

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º LEILÃO: 04 de outubro de 2024, às 14h30min *.
2º LEILÃO: 08 de outubro de 2024, às 14h30min *. *(horário de Brasília)

Mauro Zukerman, Leiloeiro Oficial, JUCESP nº 328, com escritório à Rua Minas Gerais, 316 – Cj 62 - Higienópolis, São Paulo/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo somente **ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ n° 90.400.888/0001-42, nos termos do Instrumento Particular n° 0010254713, de 29/07/2021, firmado com o Fiduciante **JULIO CESAR DUARTE CARVALHO,** brasileiro, solteiro, maior, comerciante, portador do RG nº 6.857.681-SSP/MG, inscrito no CPF sob nº 889.001.776-72, residente e domiciliado em Uberlândia/MG, em **PRIMEIRO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 222.267,68 (duzentos e vinte e dois mil duzentos e sessenta e sete reais e sessenta e oito centavos** - atualizado conforme disposições contratuais), o imóvel constituído pela **Casa nº 07**, localizada no Condomínio Residencial Lucas, situado na Rua do Rádio n° 320, Dona Zulmira, Uberlândia/MG. Área privativa: 110,25m², Área total: 144,88m², mais bem descrito na matrícula 92.118 do 2º Oficial de Registro de Uberlândia/MG. **Imóvel ocupado. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra**. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **SEGUNDO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 206.167,21 (duzentos e seis mil cento e sessenta e sete reais e vinte e um centavos** – nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97)**. Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site www.portalzuk.com.br, **encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão**. **Forma de pagamento e demais condições de venda**, **VEJA A INTEGRA DESTE EDITAL NO SITE**: www.portalzuk.com.br. Informações pelo tel. 3003-0677 (Dossiê 20174).

Santander

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º LEILÃO: 27 de setembro de 2024, às 14h30min *.
2º LEILÃO: 01 de outubro de 2024, às 14h30min *. *(horário de Brasília)

Mauro Zukerman, Leiloeiro Oficial, JUCESP nº 328, com escritório à Rua Minas Gerais, 316 – Cj 62 - Higienópolis, São Paulo/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo somente **ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ n° 90.400.888/0001-42, nos termos da Cédula de Crédito Bancário, n° 0010284971, de 20/12/2021, com o Fiduciante **WANDERSON NATAL DE SOUZA**, brasileiro, separado judicialmente, administrador, portador do RG n° MG-11956900-SSP/MG, inscrito no CPF/MF nº 011.962.736-18, residente e domiciliado em Araxa/MG, em **PRIMEIRO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 162.823,53** (cento e sessenta e dois mil oitocentos e vinte e três reais e cinquenta e três centavos - atualizado conforme disposições contratuais), o imóvel constituído pela **Casa**, situada na Rua Argenita, nº 285 - B, Santo Antônio, Araxá/MG. Área construída: 74,83m² e Área de Terreno: 78,62m², melhor descrito na matrícula n° 46.328 do Ofício de Imóveis de Araxá/MG. **Imóvel ocupado. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra**. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **SEGUNDO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 80.000,00** (oitenta mil reais – nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97)**. Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site www.portalzuk.com.br, **encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão**. **Forma de pagamento e demais condições de venda**, **VEJA A INTEGRA DESTE EDITAL NO SITE**: www.portalzuk.com.br. Informações pelo tel. 3003-0677 (Dossiê 22795).

COMERCIO, INDUSTRIA E TRANSPORTE LOPAS S/A - CNPJ: 21.473.590/0001-40

Balanço patrimonial - *em milhares de reais*

Ativo	2022	2023
Circulante	**162.559**	**190.356**
Disponibilidades	**63.851**	**74.157**
Caixa/bancos	63.851	74.157
Direitos realizaveis a curto prazo	**98.708**	**116.200**
Clientes	50.007	57.625
Tributos a recuperar/compensar	4.025	15.425
Estoques	34.569	32.034
Outros créditos	10.106	11.115
Realizavel a longo prazo	**3.334**	**6.644**
Créditos financeiros	3.334	6.644
Não circulante	**17.041**	**23.074**
Imobilizado	17.041	23.074
Total do ativo	**182.934**	**220.075**
Passivo	**2022**	**2023**
Circulante	**26.281**	**29.083**
Fornecedor a pagar	12.735	12.469
Salários e encargos sociais	6.073	6.376
Obrigações tributárias	1.631	3.703
Empréstimos/leasing a pagar	123	353
Contas a pagar	5.720	6.182
Não circulante	2.446	1.989
Parcelamentos a pagar	1.379	1.184
Financiamentos a pagar - exterior	1.067	805
Patrimônio líquido	**154.207**	**189.004**
Capital social	15.000	15.000
Reservas legais	4.832	4.832
Reservas de lucros	134.375	169.172
Total do passivo	**182.934**	**220.075**

Demonstração do resultado do exercício - *Em milhares de reais*

	2022	2023
Receita bruta	**290.874**	**287.646**
Venda Mercado Nacional	245.053	255.878
Exportação	45.822	31.767
Deduração da receita	**52.130**	**54.311**
Devolução de Vendas	949	1.784
Impostos Incidentes s/Vendas	51.181	52.528
Receita Líquida	**238.745**	**233.334**
Custo Produto Vendido	149.007	138.811
Gastos Variaveis	24.105	45.700
Lucro bruto	**65.632**	**48.823**
Despesas operacionais	53.647	36.694
Gerais e Administrativas	52.916	46.407
Financeiras Liquidas	R$ 731	9.713
Outras receitas operacionais	767	1.302
Resultado operacional	12.752	13.431
Resultado não operacional	5.578	30.260
Resultado antes do imposto de renda e contrib. social	**18.330**	**43.691**
Provisão p/Contribuição Social	1.151	2.165
Provisão p/Imposto de Renda	3.096	5.858
Lucro líquido do periodo	**14.083**	**35.668**

Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras em 31/12/2023

1. Contexto operacional - A empresa tem como objetivo a fabricação de móveis de madeira, para atender o mercado interno e externo. **2- Principais Práticas Contábeis: 2.1 - Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras da empresa foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **2.2 - Apuração de Resultado:** O resultado foi apurado pelo regime de competência dos exercícios. **2.3 - Resultado não Operacional:** O acréscimo no valor do Resultado não Operacional é decorrente do crédito proveniente da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS homologado pela Receita Federal. **2.3 - Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo:** Os créditos financeiros estão representados por aplicações feitas no mercado financeiro de rendas fixas e variáveis. **2.4 - Permanente:** O Ativo Permanente está demonstrado pelo custo de aquisição deduzdo da depreciação calculado pelo método linear às taxas específicas para cada tipo de bem. **2.5 - Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo:** Demonstrado por valores calculáveis acrescidos quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. **3- Patrimônio Líquido:** 3.1 - Capital Social integralmente realizado está representado por 15.000.000 ações ordinárias nominativas. 3.2 - As reservas legais foram constituídas com base na Legislação vigente.

Comércio, Indústria e Transporte Lopas S/A
Carlos Augusto Paschoalino Lopes - Diretor Geral
LCR Escritório Contabil Ltda.
Lindissey da Silva Rinco Silveira - CRC/MG 56.109

EDITAL DE 1º e 2º PÚBLICOS LEILÕES DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º Público Leilão: 30 de Setembro de 2024 a partir das 09h00
2º Público Leilão: 07 de Outubro de 2024 a partir das 14h30

ALEXANDRE TRAVASSOS, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP n° 951, com escritório na Rua Sebastião Aniceto de Jesus Lins, nº 1177, Jardim Elisa, Embu das Artes/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **VERT COMPANHIA SECURITIZADORA,** inscrita no CNPJ sob n° 25.005.683/0001-09, venderá em 1º ou 2º Leilão Público Extrajudicial, nos termos do contrato partícula com efeito de escritura pública, datado em 22/03/2021, o seguinte imóvel em lote único: Apto nº 1003, localizado no 10º pavimento da Torre 4, do Minas Village Residencial, situado na Avenida Joaquim Jose Diniz, nº 20, e sua respectiva fração ideal correspondente a 0,002963 do lotes 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31 e 32 do quarteirão 118 do Bairro Fernão Dias, neste município de Belo Horizonte/MG, com a área privativa principal coberta de 68,43m², área privativa principal total de 68,43m², área privativa acessória (garagem) de 10,35m², área comum de 31,91m², área total de 110,69m², e com direito a vaga de garagem coberta nº 285, localizada no 1º pavimento. Matrícula nº 93.334 do 4º Cartório de Registro de Imóveis de Belo Horizonte/MG. Cadastrado na Prefeitura Municipal sob n° 8241180011869. **1º PÚBLICO LEILÃO - VALOR: R$ 384.182,63 (trezentos e oitenta e quatro mil, cento e oitenta e dois reais e sessenta e três centavos). 2º PÚBLICO LEILÃO - VALOR: R$ 210.265,81 (duzentos e dez mil, duzentos e sessenta e cinco reais e oitenta e um centavos).** O arrematante pagará à vista, o valor da arrematação, 5% de comissão do leiloeiro e arcará com despesas cartoriais, impostos de transmissão para lavratura e registro de escritura, e com todas as despesas que vencerem a partir da data de arrematação. **O imóvel será entregue no estado em que se encontra. Venda ad corpus. Imóvel ocupado, desocupação a cargo do arrematante, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97.** Ficam os **Devedores/Fiduciantes Marco Paulo Gonçalves Fuscaldi**, CNH nº 02271158684-DETRAM/MG, inscrito no CPF sob nº 013.337.356-85, e **Erika Fuscaldi Gomes Gonçalves**, CI nº 11516F CREFITO/MF, inscrito no CPF sob nº 041.019.636-30, intimados das datas dos leilões pelo presente edital. Leilão online, os interessados deverão obrigatoriamente, tomar conhecimento do edital completo através da Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net).

Informações: (11) 4950-9602 - Av. Eng. Luís Carlos Berrini, nº 105 - Condomínio Thera Office - Cjs 401 e 414 - CEP: 04571-010.

VERSÃO RESUMIDA PARA PUBLICAÇÃO
Art. 887, § 3º/CPC

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – 03ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE VARGINHA – ESTADO DE MINAS GERAIS – PROCESSO N. 5001267-39.2016.8.13.0707 - EXEQUENTE: SOELITON JOSÉ REIS - EXECUTADO: B J COMERCIO E REPRESENTACAO DE MÁQUINAS AGRICOLAS LTDA - ME.
1ª. Data do Leilão: 14/10/2024 às 10:00 horas (eletrônico), pelo maior lance, igual ou acima da avaliação, e se não for vendido prosseguirá na segunda praça.
2ª. Data do Leilão: 29/10/2024 às 10:00 horas (eletrônico), pelo maior lance oferecido, desde que seja igual ou superior a 50% do valor da avaliação do bem.
IMÓVEL: Lote nº 20 da quadra nº 13, situado na cidade de Carmo da Cacheira/MG, no Bairro Morada do Sol, com área de 240,00 m2, e as seguintes medidas e confrontações: 12,00 de frente para o acesso ao trevo; 12,00m de fundos com o lote 09, por 20,00m do lado direito como lote 19 e 21,00m do lado esquerdo com o lote 21. Demais descrições na Matrícula n. 45.061, Livro nº 2, do Cartório de Registo de Imóveis de Varginha/MG e no auto de avaliação - VALOR DA AVALIAÇÃO: R$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais). Preço mínimo 2ª. Praça: 50% do valor da avaliação (art. 885 e 891, § único CPC).
DA FORMA DE PAGAMENTO: À VISTA por depósito judicial no ato da arrematação. Ou o arrematante deverá garantir o lance com o sinal de 20% (vinte por cento) sobre o valor da arrematação e, no prazo de 24 horas, efetuar o depósito da importância remanescente, sob pena de perder, em benefício da execução, o sinal dado. Serão de responsabilidade do arrematante todas as despesas para a transferência da propriedade. Serão de responsabilidade do arrematante todas as despesas para a transferência da propriedade. Leilão Eletrônico. Site do Leilão: www.francoleiloes.com.br. Ficam os executados, compromissários e demais interessados, INTIMADOS das designações supra.

Infraero assume operação do aeroporto de Divinópolis

INFRAESTRUTURA Empresa investirá R$ 28 milhões no aeródromo, entre este ano e 2025, na reforma e adequação do Brigadeiro Antônio Cabral, que não recebe voos comerciais há cerca de seis anos

THYAGO HENRIQUE

A Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) assumiu, de forma oficial, a gestão do Aeroporto Brigadeiro Antônio Cabral, situado em Divinópolis, no Centro-Oeste de Minas Gerais. Em maio último, a estatal havia recebido a outorga do aeródromo por parte do Ministério de Portos e Aeroportos e, nesta semana, a transição operacional foi finalizada.

Até então, a concessão do terminal era do município, que trabalhava para transferi-lo ao governo federal já há algum tempo. O poder público local alegava dificuldades para administrar a estrutura, uma vez que gastava mais de R$ 200 mil mensais apenas com manutenção. A Infraero geria o equipamento desde 2019, porém, por meio de contrato firmado com o município.

Ao assumir oficialmente a gestão, bem como a operação e exploração, a estatal reitera os investimentos programados para o aeroporto. Anteriormente, a empresa informou que investirá R$ 28 milhões no aeródromo entre este ano e 2025. O destino do valor será a reforma e adequação do Brigadeiro Antônio Cabral, que não recebe voos comerciais há cerca de seis anos.

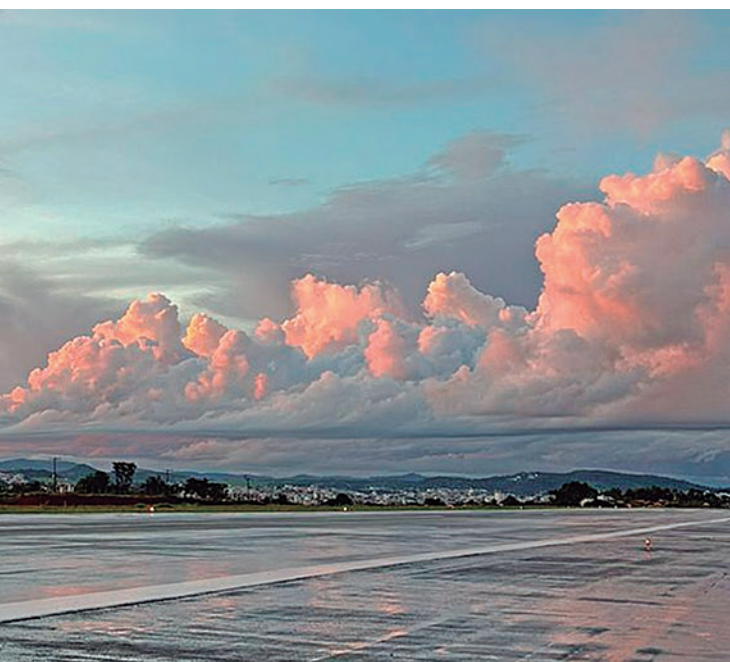
A estatal prevê, com o aporte, a construção de um novo terminal de passageiros, recuperação do pátio de aeronaves, adequação das barreiras patrimoniais, além da implantação de balizamento e farol de aeródromo. Também estão previstos, o reforço da pista de pousos e decolagens e a inserção do Indicador de Trajetória de Aproximação de Precisão (Papi) na cabeceira 35.

Recentemente, a Prefeitura de Divinópolis realizou várias intervenções no espaço, a fim de adequá-lo às exigências da Azul Linhas Aéreas para que a empresa possa voltar a manter operações no local. O município implantou a Área de Segurança de Fim de Pista (Resa), instalou auxílios visuais, luminosos, verticais, horizontais e homologou o Papi, por exemplo.

Com a adequação, a companhia aérea comunicou que abrirá uma nova base operacional no terminal mineiro. E que vai operar quatro voos diários: dois para o Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas, São Paulo, e outros dois para o Aeroporto Internacional de Belo Horizonte, em Confins, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). As rotas entrarão em operação dia 11 de novembro, usando aeronaves ATR, com capacidade para 70 clientes.

Benefícios - O secretário municipal de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Turismo, Luiz Angelo Gonçalves, ressalta que a transferência da outorga do aeroporto do município para a Infraero foi fruto de uma articulação entre a prefeitura, a estatal e o governo federal. Na avaliação dele, essa mudança traz benefícios para a administração pública, com a redução de despesas com o aeródromo, e para os passageiros, com o nível de serviços de qualidade da empresa.

"Também teremos mais perspectivas de investimentos nas melhorias do aeroporto, tanto a curto prazo, já está sendo planejado um *retrofit* do terminal para adequar melhor os passageiros com a retomada dos voos comerciais, bem como a médio e longo prazo, visando extensão de pista, novos terminais de passageiros. Isso tudo que está dentro do planejamento do aeroporto é bem mais fácil acontecer porque terá uma transferência direta de recursos da União à Infraero", diz.

Em nota, a Infraero afirma que "a administração da forma outorgada significa autonomia de decisões e de realizações de investimento necessários para melhoria do conforto e segurança operacional do terminal". O Ministério de Portos e Aeroportos, por sua vez, salienta que o aeroporto de Divinópolis "se trata de um aeródromo incluído no Plano Aeroviário Nacional, considerado estratégico pelo Plano Geral de Outorgas e, portanto, de interesse da União".

A estatal prevê, com o aporte, a construção de um novo terminal de passageiros, recuperação do pátio de aeronaves, adequação das barreiras patrimoniais, além da implantação de balizamento e farol de aeródromo FOTO: DIVULGAÇÃO / PREFEITURA DE DIVINÓPOLIS

> **"Transferência da outorga do aeroporto do município para a Infraero foi fruto de uma articulação entre a prefeitura, a estatal e o governo federal"**
>
> Luiz Angelo Gonçalves

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.

Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

AVISO DE LICITAÇÃO
Ministério Público de Minas Gerais
Procuradoria-Geral de Justiça
Licitação no site www.compras.mg.gov.br
Número do processo: 212 / Ano: 2024
Unidade: 1091012
Processo SEI: 19.16.2481.0017388/2024-19
Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de limpeza e higienização/desinfecção de caixas d'água e reservatórios, com fornecimento de mão de obra, com materiais e acessórios hidráulicos, em edificações ocupadas pelo Ministério Público de Minas Gerais, conforme especificações, exigências e quantidades estabelecidas no Termo de Referência.
Modalidade: Pregão Eletrônico
Recebimento das propostas: **até às 10 horas do dia 03/10/2024.**
Início da disputa de preços: **às 10 horas do dia 03/10/2024.**
Disposições Gerais: O edital e seus anexos estão disponíveis para consulta e download no site www.mpmg.mp.br. Demais informações: de 2ª a 6ª feira, das 9 às 18h, pelos telefones: (31) 3330-8128 e 3330-8129, ou pelo e-mail dgcl@mpmg.mp.br.
Belo Horizonte, 18 de setembro de 2024.
Dariana Augusta de Toledo Patrocínio Ruiz
Diretora de Gestão de Compras e Licitações

VERSÃO RESUMIDA PARA PUBLICAÇÃO
Art. 887, § 3º/CPC
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – 02ª VARA CÍVEL, CRIMINAL E DE EXECUÇÕES CRIMINAIS DA COMARCA DE PITANGUI – ESTADO DE MINAS GERAIS – PROCESSO N. 5002586-29.2022.8.13.0514 - EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSAO DE PITANGUI, PAPAGAIOS, MARAVILHAS E REGIAO LTDA. - SICOOB CREDICOOP - EXECUTADOS: ANISIO ALVES MARINHO, CHIRLEY GONCALVES SOUZA ALVES, MARIA PERPETUA GONCALVES
1ª. Data do Leilão: 14/10/2024 às 10:10 horas (eletrônico), pelo maior lance, igual ou acima da avaliação, e se não for vendido prosseguirá na segunda praça.
2ª. Data do Leilão: 29/10/2024 às 10:10 horas (eletrônico), pelo maior lance oferecido, desde que seja igual ou superior a 70% do valor da avaliação do bem.
- IMÓVEL: Quota parte (1/11) do imóvel rural denominado Morrinhos, situado no lugar chamado Jacaré, zona rural de Vargem Grande, Município de Papagaios/MG; com área constituída por 13,00,00 ha de terras de cultura e 02,00,00 ha de terras de cerrado, onde se encontra edificada uma casa residencial, com as seguintes confrontações e limites constantes da Certidão de Registro; Demais descrições na Matrícula n. 47.567, Livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis de Pitangui/MG e no auto de avaliação - VALOR DA AVALIAÇÃO REFERENTE À QUOTA PARTE: R$ 59.340,00 (cinquenta e nove mil e trezentos e quarenta reais). Preço mínimo 2ª. Praça: 70% do valor da avaliação (art. 885 e 891, § único CPC).
DA FORMA DE PAGAMENTO: À VISTA por depósito judicial no ato da arrematação. ou mediante sinal de 5% (cinco) por cento, no ato da arrematação e o restante em até 5 (cinco) dias. Serão de responsabilidade do arrematante todas as despesas para a transferência da propriedade. Leilão Eletrônico. Site do Leilão: www.francoleiloes.com.br. Ficam os executados, compromissários e demais interessados, INTIMADOS das designações supra.

"CONVOCAÇÃO ORGBRISTOL
Pela presente fica V. Sa., convocado para reunião de sócios da Orgbristol – Organizações Bristol Ltda., a ser realizada no dia 25 de setembro de 2024, às 10h00min, em primeira convocação, no escritório da sociedade, localizado na Rua dos Timbiras, 1940, sala 1817, em Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP 30.140-061, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (a) Deliberar sobre Balanço Patrimonial e sobre a Demonstração do Resultado do Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 da empresa ORGBRISTOL – ORGANIZAÇÕES BRISTOL LTDA., à vista da documentação que está disponível desde o dia 31/05/2024; (b) Outros assuntos de interesse dos sócios. Belo Horizonte, 11 de setembro de 2024."

CONSTRUTORA BARBOSA MELLO S/A
CNPJ/MF - 17.185.786/0001-61
JUCEMG – 3130003740-1
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA CONSTRUTORA BARBOSA MELLO S.A.
DATA, HORA E LOCAL: 21 de junho de 2024, às 10:00, na sede social da Companhia, situada em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Rua Paraíba, nº 1124, Bairro Savassi, CEP 30.130-145. **AVISO AOS ACIONISTAS E CONVOCAÇÃO:** Dispensados. MESA: Presidente: Guilherme Moreira Teixeira. Secretária: Alícia Maria Gross Figueiró. **ORDEM DO DIA:** (i) Aprovar a prestação de garantia, como avalista solidária, ao financiamento a ser contratado pela Evolua Energia e Participações S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 35.064.555/0001-81, com o Banco Mercantil de Investimentos S.A., no valor de R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), com vencimento em 24 (vinte e quatro) meses, conforme termos constantes no Instrumento Particular de Emissão de Notas Comerciais, não conversíveis em participação societária, com garantia fidejussória, emitidas em série única e destinadas para colocação privada. **DELIBERAÇÕES:** Os acionistas aprovaram por unanimidade: i. Foi aprovada a prestação de garantia, pela Companhia, como avalista solidária, ao financiamento a ser contratado pela Evolua Energia e Participações S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 35.064.555/0001-81, com o Banco Mercantil de Investimentos S.A., no valor de R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), com vencimento em 24 (vinte e quatro) meses, conforme termos constantes no Instrumento Particular de Emissão de Notas Comerciais, não conversíveis em participação societária, com garantia fidejussória, emitidas em série única e destinadas para colocação privada. ii. aprovar a lavratura da presente Ata sob a forma de Sumário. **ENCERRAMENTO:** Lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, é por todos assinada no livro. Íntegra e seus anexos estão registrados na JUCEMG nº 11808506 em 01/07/2024. Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

VERSÃO RESUMIDA PARA PUBLICAÇÃO
Art. 887, § 3º/CPC
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – DA 07ª UNIDADE JURISDICIONAL CÍVEL - 21ª JD DA COMARCA DE BELO HORIZONTE – ESTADO DE MINAS GERAIS – PROCESSO N. 5103348-05.2021.8.13.0024- EXEQUENTE: INSTITUTO EDUCACIONAL PAMPULHA - EIRELI – EPP – EXECUTADO: IDOLVE RODRIGUES JUNIOR
- IMÓVEL: 50% DO IMÓVEL DE Lote 10, quadra 49, do Bairro Caiçara, com 360,00 m2, mais ou menos, limites e confrontações da planta respectiva. Auto de avaliação: Imóvel de dois pavimentos, sendo o primeiro constituído por 1 sala, 01 copa, uma cozinha, área de tanque e banheiro (lavabo) e no segundo há 03 quartos (suíte), um banheiro social, 01 cozinha e uma varanda com guarda corpo. O acabamento é em porcelanato, paredes da sala e copa revestidas com pedras. Garagem para dois veículos. Portão da garagem eletrônico e o imóvel aparenta ter bom padrão de acabamento. Demais descrições na Matrícula n. 27.039, Livro n. 2, do 3º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte/MG e no auto de avaliação - VALOR TOTAL DA AVALIAÇÃO: R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais). Fração de 50% pertencente ao Executado levado a leilão: R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais).
– DA FORMA DE PAGAMENTO: À VISTA por depósito judicial no ato da arrematação ou no prazo de 15 (quinze) dias, mediante caução. Serão de responsabilidade do arrematante todas as despesas para a transferência da propriedade.
DATAS DAS PRAÇAS - 1ª. Data do Leilão: 30/09/2024 às 10:00hs (eletrônico), pelo maior lance, igual ou acima da avaliação, e se não for vendido prosseguirá na segunda praça. 2ª. Data do Leilão: 15/10/2024 às 10:00hs (eletrônico), pelo maior lance oferecido, desde que seja igual ou superior a 50% do valor da avaliação do bem. Leilão Eletrônico. Site do Leilão: www.francoleiloes.com.br. Ficam os executados, compromissários e demais interessados, INTIMADOS das designações supra.

VERSÃO RESUMIDA PARA PUBLICAÇÃO
Art. 887, § 3º/CPC
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – VARA ÚNICA DA COMARCA DE NATÉRCIA – PROCESSO n. 0006154-77.2010.8.13.0444 - EXEQUENTE: HSBC BANK BRASIL S/A BANCO MÚLTIPLO – EXECUTADO: ESPÓLIO DE JOÃO PAULO E SILVA
IMÓVEL: Uma gleba de terras contendo a área de 75,02,00 (setenta e cinco hectares e dois ares), composto por terras de pastagem, três casas de colono e cerca de 10.000 (dez mil) pés de café em idade de produção, situado no lugar denominado "serra da manoela", Município de Natércia/MG, registrado sob n. 17, matrícula n. 341, fls. 111, do livro de registro geral n. 2-L, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Natércia/MG - VALOR DA AVALIAÇÃO: R$ 1.800.000,00 (hum milhão e oitocentos mil reais). Preço mínimo para 2ª. Praça: 50% do valor da avaliação (art. 885 e 891, § único CPC). DA FORMA DE PAGAMENTO: À VISTA, em 24 horas, por depósito judicial, ou no prazo de 15 dias úteis, sendo, nesta última hipótese, necessário o recolhimento em 24 horas em depósito judicial, do equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do preço ofertado, como caução, e os restantes 75% (setenta e cinco por cento) do preço lançado, pagos até o final do prazo de 15 (quinze) dias úteis mediante recolhimento em depósito judicial; que, havendo opção do arrematante para o pagamento do preço no prazo de 15 (quinze) dias úteis, uma vez não recolhido o restante de 75% (setenta e cinco por cento) do preço, no prazo concedido, será perdido o valor da caução em favor do exequente, conforme disposto no art. 897 do CPC. Serão de responsabilidade do arrematante todas as despesas para o registro da transferência da propriedade. DATAS DAS PRAÇAS - 1ª. Data do Leilão: 30/09/2024 às 10:10hs (eletrônico), pelo maior lance, igual ou acima da avaliação, e se não for vendido prosseguirá na segunda praça. 2ª. Data do Leilão: 15/10/2024 às 10:10hs (eletrônico), pelo maior lance oferecido, desde que seja igual ou superior a 50% do valor da avaliação do bem. Leilão Eletrônico. Site do Leilão: www.francoleiloes.com.br. Ficam os executados, compromissários e demais interessados, INTIMADOS das designações supra.

CONSTRUTORA BARBOSA MELLO S/A
CNPJ/MF - 17.185.786/0001-61
JUCEMG – 31300037401
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA CONSTRUTORA BARBOSA MELLO S.A.
DATA, HORA E LOCAL: 30 de abril de 2024, às 10:00, na sede social da Companhia, situada em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Rua Paraíba, no 1124, Bairro Savassi, CEP 30.130-145. AVISO AOS ACIONISTAS E CONVOCAÇÃO: Dispensados. Presença: presentes todos os acionistas da Companhia. MESA: Presidente: Guilherme Moreira Teixeira. Secretária: Alícia Maria Gross Figueiró. ORDEM DO DIA: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, publicado na edição do "Jornal Diário do Comercio", na edição do dia 03 de abril de 2024; e (ii) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. DELIBERAÇÕES: Os acionistas aprovaram por unanimidade: i. Aprovar os Relatórios da Administração e as Demonstrações Financeiras referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, conforme publicação no "Jornal Diário do Comercio", na edição do dia 03 de abril de 2024. ii. Aprovar que, do lucro líquido apurado ao fim do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, de R$ 99.796.919,42 (noventa e nove milhões, setecentos e noventa e seis mil novecentos e dezenove reais e quarenta e dois centavos): a. R$ 4.989.845,97 (quatro milhões, novecentos e oitenta e nove mil oitocentos e quarenta e cinco reais e noventa e sete centavos) foram utilizados para a constituição da reserva legal; e b. R$ 66.819.240,91 (sessenta e seis milhões, oitocentos e dezenove mil duzentos e quarenta reais e noventa e um centavos) serão creditados à conta de reserva de lucros, sendo distribuídos nesta data, a título de dividendos adicionais, o valor de R$ 16.100.000,00 (dezesseis milhões e cem mil reais), a ser pago no decorrer do ano de 2024; c. R$ 27.987.832,53 (vinte e sete milhões novecentos e oitenta e sete mil, oitocentos e trinta e dois reais e cinquenta e três centavos), foram distribuídos e pagos a título de dividendos em 2023, sendo: 1. R$ 10.096.835,05 (dez milhões, duzentos e setenta e nove mil, dezesseis reais e trinta e nove centavos) a título de dividendos; sendo: a. R$ 5.810.770,88 (cinco milhões, oitocentos e dez mil, setecentos e setenta reais e oitenta e oito centavos) a título de dividendos mínimo obrigatórios; e b. R$ 4.286.064,17 (quatro milhões, duzentos e oitenta e seis mil, sessenta e quatro reais e dezessete centavos) como dividendos adicionais, a débito da reserva de lucros retidos de anos anteriores; 2. R$ 17.890.997,48 (dezessete milhões, oitocentos e noventa mil, novecentos e noventa e sete reais e quarenta e oito centavos) relativos a Juros sobre o capital próprio, atribuídos a dividendos mínimos obrigatórios. Encerramento: Lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, é por todos assinada na forma digital no livro. Íntegra e seus anexos estão registrados na JUCEMG no 11771441 em 14/06/2024. Marinely de Paula Bomfim.

CONSTRUTORA BARBOSA MELLO S/A
CNPJ/MF - 17.185.786/0001-61
JUCEMG – 31300037401
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA CONSTRUTORA BARBOSA MELLO SA
DATA, HORA E LOCAL: 30 de novembro de 2023, às 10:00, na sede social da Companhia, situada em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Rua Paraíba, nº 1124, Bairro Savassi, CEP 30.130-145. **AVISO AOS ACIONISTAS E CONVOCAÇÃO:** Dispensados. **Presença:** presentes todos. **MESA:** Presidente: Guilherme Moreira Teixeira. Secretária: Alícia Maria Gross Figueiró. **ORDEM DO DIA:** (i) aprovar as demonstrações contábeis intermediárias (ITR), relativas ao 3º Trimestre de 2023, assim como ratificar a aprovação e emissão dos relatórios das demonstrações contábeis do 1º e 2º Trimestre de 2023. **DELIBERAÇÕES:** Os acionistas decidiram, por unanimidade: i. aprovar as demonstrações contábeis intermediárias (ITR) relativas ao 3º Trimestre de 2023, bem como ratificar a emissão dos relatórios do 1º e 2º Trimestre de 2023; ii. aprovar a lavratura da presente Ata sob a forma de Sumário. **Encerramento:** Lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, é por todos assinada: Íntegra e seus anexos estão registrados na JUCEMG nº 11938265 em 28/08/2024. Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

CONSTRUTORA BARBOSA MELLO S/A
CNPJ/MF - 17.185.786/0001-61
JUCEMG – 3130003740-1
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA CONSTRUTORA BARBOSA MELLO SA
DATA, HORA E LOCAL: 16 de agosto de 2024, às 10:00, na sede social da Companhia, situada em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Rua Paraíba, nº 1124, Bairro Savassi, CEP 30.130-145. **AVISO AOS ACIONISTAS E CONVOCAÇÃO:** Dispensados. Presença: presentes todos. MESA: Presidente: Guilherme Moreira Teixeira. Secretária: Alícia Maria Gross Figueiró. **ORDEM DO DIA:** nos termos do Artigo 15, do Estatuto Social da Companhia, deliberar sobre: (i) a reeleição para os cargos de Diretor Presidente, Diretora Vice-Presidente, Diretor de Engenharia, Diretor de Operações e Diretor Comercial da Companhia dos Srs. **Guilherme Moreira Teixeira; Alícia Maria Gross Figueiró; Rodrigo Gorgulho de Vasconcellos Lanna; Júlio César de Melo Franco Filho; e João Miguel Beaudette Drummond.** **DELIBERAÇÕES:** Os acionistas aprovaram por unanimidade: i. Aprovar a reeleição, como membros da Diretoria da Companhia, com prazo de mandato de 2 (dois) anos, permanecendo em seus cargos até a posse dos seus sucessores, nos termos do Artigo 15 do Estatuto Social da Companhia, os Srs. (i) **Guilherme Moreira Teixeira**, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da carteira profissional n.º 40.438/D – CREA/MG, inscrito no CPF sob o n.º 518.362.976-53, com endereço comercial na Rua Paraíba, 1124, Savassi, no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Brasil, CEP 30.130-145, em seu cargo de Diretor Presidente da Companhia; (ii) **Alícia Maria Gross Figueiró**, brasileira, divorciada, administradora de empresas, portadora da carteira de identidade n.º MG-2.093.810 – PC/MG, inscrita no CPF sob o n.º 556.869.236-04, com endereço comercial na Rua Paraíba, 1124, Savassi, no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Brasil, CEP 30.130-145, em seus cargos de Diretora Vice-Presidente e Diretora de Administração da Companhia; (iii) **Rodrigo Gorgulho de Vasconcellos Lanna**, brasileiro, casado, no regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da carteira profissional n.º 24.920/D – CREA/MG, inscrito no CPF sob o n.º 314.516.326-49, com endereço comercial na Rua Paraíba, 1124, Savassi, no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Brasil, CEP 30.130-145, em seu cargo de Diretor de Engenharia da Companhia; (iv) **Júlio César de Melo Franco Filho**, brasileiro, casado, no regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da carteira profissional n.º 48.190/D – CREA/MG, inscrito no CPF sob o n.º 559.831.546-72, com endereço comercial na Rua Paraíba, 1124, Savassi, no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Brasil, CEP 30.130-145, em seu cargo de Diretor de Operações da Companhia; e (v) **João Miguel Beaudette Drummond**, brasileiro, casado, no regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da carteira profissional n.º 82741/D – CREA/MG, inscrito no CPF sob o n.º 036.423.206-43, com endereço comercial na Rua Paraíba, 1124, Savassi, no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Brasil, CEP 30.130-145, em seu cargo de Diretor Comercial da Companhia. ii. Os Diretores, ora eleitos, tomam posse neste ato e, para os efeitos do disposto no art. 35, II, da Lei n.º 8.934, de 18/11/94, bem como do disposto no inciso II, do artigo 53 do Decreto nº 1.800, de 30/01/96, e no §1º do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declaram que (i) que não estão impedidos por lei especial ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade, ou a pena ou condenação criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou que os impeça de exercer atividades empresariais ou a administração de sociedades empresariais; (ii) possuem reputação ilibada; e (iii) não ocupam cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não têm interesse conflitante com o da Companhia. Para os fins do art. 149, §2º, da Lei nº 6.404/76, declaram que receberão eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de suas gestões nos endereços indicados acima, sendo que eventual alteração será comunicada por escrito à Companhia; iii. fixar a remuneração anual da Diretoria em até R$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) cujo detalhamento será realizado pela Diretoria, conforme previsto no estatuto da Companhia. iv. aprovar a lavratura da presente Ata sob a forma de Sumário. Encerramento: Lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, é por todos assinada.Íntegra e seus anexos estão registrados na Jucemg nº 11923593 em 22/08/2024. Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.Geral.

11ª VARA CÍVEL DE BELO HORIZONTE – Edital de Citação. Comarca de Belo Horizonte/MG. Prazo de 20 dias. A Dra. Cláudia Aparecida Coimbra Alves, MM. Juíza de Direito da 11ª Vara Cível, na forma da Lei. Etc... Faz saber a todos quanto o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e respectiva Secretaria tramita os autos do PROCESSO COMUM Processo eletrônico número 3920439.90.2013.8.13.0024, proposta por BANCO DO BRASIL SA , CNPJ: 00.000.000/ 0001-91 em face de AUTO REPASS VEICULOS LTDA - ME , CNPJ: 01.990.560/0001-01 e VALMIR SANTOS MOURA , CPF: 061.416.647-09 em que alega o autor que celebrou com a Ré, em 03/12/2012, Contrato de Abertura de Crédito BB Giro Rápido nº 587.500.430 (doc. 02), com vencimento final em 03/12/2014, assinado através de seu representante legal, cujo objeto era disponibilizar à Ré crédito para a utilização de produtos no valor de R$ 80.000,00 (oitenta e oito mil reais). Assim, disse que a Ré assumiu a obrigação de pagar o valor do financiamento em 24 (vinte e quatro) prestações mensais. Ocorre que a aludida obrigação não foi cumprida, tendo seu inadimplemento se iniciado a partir da parcela vencida em 03/01/2013. Em razão do não pagamento do débito, a dívida atual da Ré com os encargos contratuais devidos atinge o montante de R$ 83.891,60 (oitenta e três mil, oitocentos e noventa e um reais e sessenta centavos). Deu se à causa o valor de R$ 83.891,60. Estando os Requeridos AUTO REPASS VEICULOS LTDA - ME, CNPJ: 01.990.560/0001-01 e VALMIR SANTOS MOURA, CPF: 061.416.647-09 em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente edital de citação dos mesmos, para querendo, no prazo de 15 dias contestarem a ação, sob pena de revelia. No caso de revelia dos Réus será nomeado Curador Especial. Para conhecimento de todos os interessados o presente edital será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Belo Horizonte, 22/01/2024.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS - IPSEMG

Aviso de Abertura de Licitação

Pregão Eletrônico nº 2012015.140/2024. Objeto: Compra de monitores diagnósticos para laudos de exames de imagem, sob a forma de entrega parcelada. Data da sessão pública: 04/10/2024, às 09h00m (nove horas), horário de Brasília - DF, no sítio eletrônico **www.compras.mg.gov.br**. O cadastramento de propostas inicia-se no momento em que for publicado o edital no Portal de Compras do estado de Minas Gerais e encerra-se, automaticamente, na data e hora marcadas para realização da sessão do pregão. O edital poderá ser obtido no site **www.compras.mg.gov.br** ou no PNCP - Portal Nacional de Contratações Públicas. Belo Horizonte, 18 de setembro de 2024. Marcí Moratti Cardoso Anselmo – Gerente de Compras e Contratos do IPSEMG.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS – IRP

O CODAP - Consórcio Público para Desenvolvimento do Alto Paraopeba, em cumprimento ao art. 86, da Lei Federal de nº 14.133/21 e Decreto Federal de nº 11.462, de 31 de março de 2023, torna público, e faz saber, que se encontra aberto à **INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO DE NUMERO 022/2024**,cujo objeto é o futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais de expediente e papelaria para atender os municípios integrantes do Codap. A íntegra da IRP encontra-se disponível no site oficial do CODAP https://www.altoparaopeba.mg.gov.br/. O prazo para os órgãos interessados em participar e encaminhar sua manifestação de interesse informando a estimativa total de quantidades é de oito dias úteis, contados do primeiro dia útil subsequente à data desta divulgação. Conselheiro Lafaiete/MG, em 18 de setembro de 2024. Augusto Resende Paulo- Agente de Contratação do Codap

---

Santander | SOLD LEILÕES

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º LEILÃO: 03 de outubro de 2024, a partir das 09h30min
2º LEILÃO: 04 de outubro de 2024, a partir das 13h30min (*horário de Brasília)

Alexandre Travassos, Leiloeiro(a) Oficial, JUCESP nº 951, com escritório na Rua Sebastião Aniceto de Jesus Lins, 1177 – Jardim Elisa – Embu das Artes/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo presencial e/ou online, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ n° 90.400.888/0001-42, nos termos da Cédula de Crédito Bancário, nº 0010156750, firmado em 07/12/2020, com o(s) **Fiduciante(s) JOELMA ANTONINA DE MELO LOSCHI/DANIEL FERNANDO DE RESENDE/**, maior/maior, inscrito no CPF n° 084.977.836-03/027.313.246-60, no dia **03 de outubro de 2024, a partir das 09h30min** em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 246.966,00 (Duzentos e quarenta e seis mil, novecentos e sessenta e seis reais)**, o imóvel matriculado sob n° 26.962 do 1º Oficial de Registro de Imóveis de Barbacena/MG, constituído pelo apartamento residencial nº 102, situado na Rua Monsenhor Silvestre de Castro, nº 915, Bairro Funcionários, em Barbacena/MG, com área privativa de 65,77m², outras áreas privativas acessórias de 12,50m², área de uso comum de 5,40m², área real total de 83,67m², com 01 vaga de garagem e fração ideal de 0,12070 sobre o terreno. Cadastro Municipal: 01.03.211.0603.0006.001. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação que se encontra. Consta conforme R.06 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A. Imóvel Ocupado. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **04 de outubro de 2024, a partir das 13h30min**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 130.583,13 (Cento e trinta mil, quinhentos e oitenta e três reais e treze centavos)**, nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97**. O leilão presencial ocorrerá no escritório do Leiloeiro(a)**. **Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site na Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net), e solicitar habilitação até 01 (uma) **hora do início do leilão**. **Outras informações no site do leiloeiro(a)**: Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net) ou telefone (11) 4950.9602 ou e-mail imoveis.sac@superbid.net. (Dossiê 02.22043).

SANTA DUNA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. EM LIQUIDAÇÃO
CNPJ/ME 22.902.593/0001-14 | NIRE 35.300.479.921
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA VIA PLATAFORMA DIGITAL
EM 30 DE SETEMBRO DE 2024

Sociedade anônima fechada criada conforme o Plano de Recuperação Judicial da MMX Sudeste Mineração S/A ("MMX"), aprovado pela assembleia geral de credores realizada no dia 28 de agosto de 2015 e constante dos Autos nº 0024.14.298.866-6, em trâmite na 1ª Vara Empresarial da Comarca de Belo Horizonte/MG - Itens 1.2.63; 1.1.69; 5.4. ("PRJ"). O liquidante da Santa Duna Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), na forma da Cláusula 8ª do Estatuto Social da Companhia ("Estatuto Social"), convida os srs. Acionistas da Companhia a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") a ser realizada no dia 30 de setembro de 2024, em primeira convocação, às 14:00 horas e, em segunda convocação, às 14:15 horas, exclusivamente via plataforma digital de vídeo e teleconferência "Microsoft Teams", para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. ORDEM DO DIA (I) Nos termos do art. 213 da Lei 6.404/76, aprovar a prestação de contas dos atos e operações praticados no semestre e apresentar o relatório e o balanço do estado da liquidação. Informações Gerais: 1. Em conformidade com o artigo 135, §3º, da Lei 6.404/76 encontram-se à disposição dos senhores Acionistas, desde a presente data, na sede social da Companhia, os documentos relacionados às deliberações objeto desta AGE. 2. Para participarem virtualmente da AGE por meio da plataforma digital Microsoft Teams, os Acionistas deverão enviar solicitação à Companhia neste sentido, para o endereço eletrônico santaduna@tpcadvogados.com.br, preferencialmente até às 10:00 horas do dia 27 de setembro de 2024. A solicitação deverá estar acompanhada da identificação do Acionista e, se for o caso, de seu representante legal ou procurador constituído que comparecerá à AGE, incluindo os nomes completos e os CPF ou CNPJ (conforme o caso), além de e-mail e telefone para contato, bem como cópia simples de documento hábil de identidade do Acionista e, conforme o caso, de seu representante ou procurador, além do instrumento de mandato devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do Acionista, acompanhado do contrato ou estatuto social, ata ou documento de eleição do Conselho de Administração (se houver) e da Diretoria, caso o acionista seja pessoa jurídica, de modo a comprovar os poderes de representação. 3. Após recebida a solicitação e verificados, de forma satisfatória, os documentos apresentados, a Companhia enviará para o e-mail informado ou, em sua ausência, para o e-mail solicitante, o link e as instruções de acesso à plataforma digital Microsoft Teams, sendo remetido apenas um convite individual por solicitante. As demonstrações financeiras e os balanços da Companhia estarão disponíveis na sede social da Companhia ou pelo e-mail santaduna@tpcadvogados.com.br. 4. O Acionista que tenha solicitado devidamente sua participação virtual e não tenha recebido, da Companhia, o e-mail com o link e instruções para acesso e participação na AGE até às 11:00 horas do dia 30 de setembro de 2024, deverá entrar em contato com a Companhia impreterivelmente até às 13:00 horas do dia 30 de maio de 2024, pelo e-mail santaduna@tpcadvogados.com.br, a fim de que lhe sejam reenviadas as respectivas instruções para acesso. 5. Adicionalmente, os Acionistas que tenham manifestado sua participação virtual poderão, até às 11:00 horas do dia 30 de maio de 2024, entrar em contato com a Companhia, pelo e-mail santaduna@tpcadvogados.com.br, a fim de dirimir quaisquer dúvidas com relação ao Material de Suporte. 6. O link e as instruções a serem enviados pela Companhia são pessoais e intransferíveis, e não poderão ser compartilhados com terceiros, sob pena de responsabilização do Acionista. 7. A Companhia não se responsabiliza por qualquer erro ou problema operacional ou de conexão que o acionista venha a enfrentar, bem como por qualquer outra eventual questão que não esteja sob o controle da Companhia e que venha a dificultar ou impossibilitar a participação do Acionista nas AGE por meio da plataforma digital Microsoft Teams. 8. A decisão da Companhia acerca da participação da AGE de modo digital foi tomada de acordo com o Art. 121, parágrafo único, da Lei 6.404/76 e Instrução Normativa DREI nº 79/2020, Art. 1º, §1º, I. 9. Nos termos do §3º da Cláusula 8ª do Estatuto Social, a AGE será instalada, em primeira convocação, com a presença de Acionistas titulares de ações representando, no mínimo, a maioria do capital social votante da Companhia e, em segunda convocação, instalar-se-á com qualquer número. Minas Gerais, 16 de setembro de 2024. Rogério Noé – Liquidante da Santa Duna Empreendimentos e Participações S.A. Em Liquidação. K-17,18e19/09

Candidato do PL promete diálogo até mesmo com Lula

BRUNO ENGLER

MARA BIANCHETTI, Editora

Com 27 anos e em seu segundo mandato como deputado estadual, Bruno Engler, candidato pelo PL, acredita que a experiência no Legislativo pode ajudá-lo na gestão da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), especialmente quanto à necessidade de diálogo entre as diferentes esferas de poder.

Para isso, ele garante uma relação institucional saudável tanto com o presidente Lula (PT) quanto com o governador Romeu Zema (Novo) e vereadores da cidade. Porém, admite que a polarização política que assola o País já há alguns anos deverá permanecer também nas eleições municipais e defende que as pessoas votem em candidatos que se aproximem com seus ideais.

No campo das propostas, Engler propõe alterações nos contratos do transporte público da Capital e repete o mote da campanha de Alexandre Kalil em 2014, falando em abrir a caixa preta da BHTrans. Defende uma auditoria nos contratos firmados pelo Executivo municipal, a revisão do plano diretor, incluindo a imediata reversão do coeficiente de construção e mudanças no código de posturas da cidade.

"Falta dinamismo e falta diálogo. [...] Independentemente de quem estiver ocupando o Palácio do Planalto, e de quem estiver ocupando também a Cidade Administrativa, BH vai ter um canal de diálogo aberto", diz.

FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / BRENO RIBEIRO

> **"A gente precisa ter um relacionamento institucional. Me inspiro muito no governador de São Paulo, o Tarcísio (de Freitas). (...) quando ele precisa defender os interesses de São Paulo, levar as demandas do estado, ele se senta com os ministros, com o presidente da República"**
>
> Bruno Engler

Por que você quer ser prefeito de Belo Horizonte?

Eu quero ser prefeito de Belo Horizonte porque eu entendo que são três os principais fatores que impedem o avanço da nossa administração. Primeiro: corrupção. Uma cidade que tem um orçamento de quase R$ 20 bilhões não pode prestar o serviço público de má qualidade que Belo Horizonte vem prestando. Chegando na prefeitura, nós vamos fazer um raio-x de todos os contratos, fazer auditoria para entender onde está indo o dinheiro do belo-horizontino e estancar o desperdício para ter dinheiro para o que realmente precisa e é importante. Segundo, a questão da politicagem. A gente vê uma prefeitura usada para pagar faturas políticas, que precisa colocar o amigo de fulano, o indicado de beltrano, o sobrinho de ciclano. Vamos fazer indicações técnicas. Eu não tenho rabo preso com ninguém e vou poder indicar as melhores pessoas para exercerem o serviço público que Belo Horizonte merece. E terceiro, a gente observa hoje a falta de gestores públicos que tenham capacidade de pensar soluções de inovação e tecnologia para a nossa cidade. Eu estou antenado ao que de mais moderno surge no mundo e quero trazer essas soluções para Belo Horizonte.

Você acha que a polarização que atinge o País vai se repetir nas eleições municipais?

Acho que em parte. As pessoas se cansaram daquele político vaselina, que tenta agradar todo mundo e acaba não agradando ninguém. Ou então daquele político camaleão, que muda de opinião conforme as pesquisas qualitativas. Eu sou uma pessoa que tem um lado, todo mundo sabe o que eu defendo. Sou de direita, todo mundo sabe o meu grupo político. E acho que as pessoas querem votar em pessoas que pensam como elas, que defendem os valores que elas acreditam. Por isso, acho que isso interfere sim na eleição municipal.

Como governar em consonância com o governo federal?

A gente precisa ter um relacionamento institucional. Me inspiro muito no governador de São Paulo, o Tarcísio (de Freitas). Ninguém nega que o Tarcísio (de Freitas) é um aliado do presidente Bolsonaro, é uma pessoa de direita, uma pessoa que defende os nossos valores, mas quando ele precisa defender os interesses de São Paulo, levar as demandas do estado, ele se senta com os ministros, com o presidente da República. Em Belo Horizonte não será diferente. Se eu for eleito prefeito, conversarei com o presidente, com os ministros, levarei as demandas de BH sem problema nenhum, porque a gente precisa ter esse relacionamento institucional entre o município e a União. Mas é importante lembrar também que o Lula será o presidente nos dois primeiros anos do meu governo. Não há nenhuma garantia que ele será o presidente nos dois últimos. A gente nem sabe quem será esse presidente. Mas, independentemente de quem estiver ocupando o Palácio do Planalto, e de quem estiver ocupando também a Cidade Administrativa, BH vai ter um canal de diálogo aberto.

Pretende seguir isso também para o diálogo com o Legislativo?

Eu tenho uma vantagem, estou há seis anos vivenciando diariamente o Poder Legislativo. É um pouco diferente o Legislativo estadual do Legislativo municipal, mas acaba que a dinâmica é semelhante. A gente sabe quais são as principais demandas dos parlamentares. Os parlamentares gostam de ser ouvidos, gostam de participar do projeto de construção da cidade, gostam de ser atendidos pelos secretários, pelo chefe do poder Executivo. Então, a gente quer construir uma relação muito sólida com a Câmara dos Vereadores, até porque as mudanças profundas que a gente quer promover em BH passam pela Câmara.

Essas mudanças passam pela mobilidade? Qual a sua proposta para solucionar os principais problemas que Belo Horizonte enfrenta hoje no trânsito?

Belo Horizonte é a capital mundial do sinal vermelho. O nosso sistema de gestão de trânsito é antigo e ultrapassado e a gente vai modernizá-lo através da inteligência artificial. Sempre trago o exemplo de São Caetano do Sul, que, hoje, eu creio que é uma das cidades mais avançadas nesse modelo. Eles fizeram uma parceria com o Google, com o Waze, e implementaram o sistema Waze for Cities. Eles colocaram câmeras que monitoram o trânsito em tempo real na cidade. A prefeitura manda informações para o Waze, que, por sua vez, manda informações para a prefeitura. E a partir daí, a inteligência artificial calcula e define a gestão semafórica. Qual sinal precisa abrir e qual precisa fechar para que o trânsito flua de maneira mais ordeira e organizada. Hoje, lamentavelmente, é aquela coisa ultrapassada de 40 segundos abre, 40 segundos fecha, não há sincronia nenhuma. Parece que é só você sair de um sinal que você já se depara com outro.

Qual sua proposta para melhorar o transporte público da Capital?

E outro desafio muito grande também é a questão do transporte público. É preciso um prefeito que tenha coragem de enfrentar essas empresas de ônibus e defender os interesses do cidadão. Quando eu falo que a gente vai fazer um raio-x da prefeitura, auditar todos os contratos, passa também pela questão do transporte público. Eu vou fazer o que o (Alexandre) Kalil prometeu e não teve coragem de fazer, que é abrir a caixa preta da BHtrans e entender esses contratos. E se tiver alguma irregularidade, a gente não tem receio algum de suspender ou até mesmo rescindir. Se tiver tudo regular, em nome da segurança jurídica, tem que ser mantido, mas a gente já vai pensar um novo modelo para 2028. É importante lembrar que o atual contrato é uma herança do governo do PT. Foi feito em 2008, no apagar das luzes do governo Fernando Pimentel e dura até 2028. Então, o próximo prefeito vai ter a oportunidade de redesenhar o transporte público aqui da Capital e a gente vai fazer isso pensando nos interesses do cidadão.

O que propriamente precisaria ser revisto neste contrato?

O novo contrato ainda está para ser desenhado, mas a gente precisa, primeiro, exigir um preço justo, exigir um número de viagens que atenda a demanda da população e fiscalizar para que aquilo que foi pactuado seja cumprido. Isso passa também pela questão da inteligência artificial. Você consegue, com tecnologia, monitorar em tempo real para ver se, de fato, os ônibus estão rodando no número que foi combinado, estão passando no horário que foi combinado e, se não estiver sendo cumprido, você pode e deve aplicar multas. E aqui na Capital as empresas ficam recorrendo e não pagam as multas. Isso precisa estar previsto no contrato, ainda mais agora que as empresas recebem subsídio. Não havendo pagamento da multa, que se corte o subsídio. Mas precisa haver fiscalização e punição para o serviço de má qualidade.

Como solução temos metrô, Rodoanel, modernização do Anel, novos corredores de BRT. O que você pretende priorizar?

Alguns pontos não será a prefeitura que vai resolver, mas vão resolver o problema do belo-horizontino. Primeiro a questão do metrô. Tem muita gente que não acredita mais no metrô. O metrô parece o Papai Noel aqui de Belo Horizonte. Em ano eleitoral as pessoas voltam a falar nele. Mas eu quero tranquilizar as pessoas, pois o metrô deixou de ser uma promessa e vai sair do papel. Acompanhei esse processo, conversei com os atores responsáveis. O governo Jair Bolsonaro já destinou a verba de R$ 2,8 bilhões, que foram complementados com R$ 400 milhões do governo do Estado e foi feito um processo de concessão. Esses R$ 3,2 bilhões já estão na conta da empresa responsável, a Metrô BH. Cabe ao próximo prefeito cobrar dessa empresa o cumprimento do cronograma, porque o que está previsto em contrato é a conclusão dessas obras até 2027 e o funcionamento até 2029. A gente vai sanar uma demanda de décadas, vai finalmente ter a ligação do Barreiro com a linha 1 do metrô, que vai ser uma solução importante de mobilidade. O Rodoanel, acho que falta coragem política atualmente na prefeitura para se posicionar. O Rodoanel não passa um quilômetro em Belo Horizonte, mas ele resolve o problema de Belo Horizonte. E hoje a gente tem a prefeitura de Contagem se opondo, a prefeitura de Betim se opondo e a prefeitura de Belo Horizonte omissa, sem se posicionar.

Como resolver o impasse envolvendo o Rodoanel?

O prefeito de Belo Horizonte tem que tomar para si esse protagonismo e tem que defender a construção do Rodoanel. E caso você tenha problema com alguma cidade da região metropolitana, então que apresentem uma solução, que apresentem um novo trajeto. Porque é muito fácil dizer que está ruim, que não vai aceitar, mas precisamos do novo Rodoanel, porque o Anel Rodoviário não comporta mais a demanda e a gente vê tragédia, acidente, e tudo o que for feito será paliativo. É preciso, sim, intervenções pontuais, fazer alargamento de gargalos, e isso passa pelo diálogo com o governo federal.

Temos uma região metropolitana muito extensa. Como Belo Horizonte pode protagonizar uma maior integração entre as cidades?

Belo Horizonte não lidera hoje mais a região metropolitana e precisamos ter uma construção conjunta com todos os prefeitos e o governo de Minas. A Prefeitura de Belo Horizonte jamais pode ficar omissa em qualquer processo. Mas falta liderança. O prefeito de Belo Horizonte tem a obrigação de se reunir com os prefeitos da região metropolitana, de tratar os problemas dessa região, de liderar e juntar esses prefeitos para ir até o governador buscar soluções conjuntas, porque muitas das questões da região metropolitana afetam o belo-horizontino. A própria questão do ônibus metropolitano, a gestão do governo do Estado, mas você precisa tratar para ter uma solução. Muitos falam da integração da tarifa com a região metropolitana, mas isso só se faz mediante muito diálogo.

Nos últimos anos, Belo Horizonte perdeu grande parte da sua população, inclusive investimentos para cidades da região metropolitana. Alguns atribuem ao plano diretor, outros atribuem aos incentivos aos investidores. A que você atribui? É possível reverter?

Eu acredito, sim, que é possível reverter, até por isso que eu quero ser prefeito de Belo Horizonte. Hoje falta incentivo, tem muita burocracia e a gente tem um plano diretor que expulsou o setor da construção civil. O que acontece? Antigamente, antes do Kalil entrar, a gente tinha o direito de construir que variava entre 1.2 e 2.7. No último plano diretor, eles reduziram o coeficiente de construção de 1 para 1, para a cidade inteira. Isso não é planejamento urbano. Planejamento urbano é quando você olha a especificidade de cada região e elabora um planejamento de crescimento de acordo com cada especificidade. Você fazer um coeficiente de construção de 1 para 1 na cidade inteira é a ganância de um prefeito que queria ganhar com outorga onerosa. Só que deu um tiro no pé, porque os empreendimentos saíram de Belo Horizonte e foram para Contagem, para Nova Lima, Santa Luzia. Isso não é achismo. Eu converso com pessoas, com empresários que me relatam que tinham empresas aqui em Belo Horizonte, que geravam 300, 400 empregos diretos e que foram para Nova Lima, ou que foram para outras cidades da região metropolitana. Então, a gente tem o compromisso de rever o plano diretor. A gente vai, no mínimo, reverter o coeficiente de construção, mas a nossa ideia é ampliar para voltar a trazer o setor da construção civil. E a gente quer também desburocratizar. Porque hoje a gente tem um código de posturas que engessa completamente a atividade comercial na cidade. O comerciante tem direito a uma placa. Ou ele coloca uma placa na perpendicular, que o cidadão que está andando na rua vai ver a placa, olha para a fachada da loja e é uma loja sem nome. Ou ele coloca o nome na fachada, que é o mais comum, e torce para a pessoa andar na rua olhando para o lado. Que se andar reto, inclusive vai tropeçar e cair no chão, porque as nossas calçadas estão uma lástima. É preciso flexibilizar, facilitar o trabalho das pessoas que estão gerando emprego, renda e oportunidade. Digo mais, a gente tem um centro da cidade tão escuro, que as pessoas têm medo de frequentar à noite. Por que não a liberação de anúncios luminosos? Se você libera anúncio luminoso, o próprio setor privado complementa a iluminação pública. Hoje a gente tem uma prefeitura que, infelizmente, é uma bola de ferro para o empreendedor belo-horizontino.

Como desburocratizar?

Isso passa pela revisão do código de posturas, passa pela diminuição das amarras para os comerciantes, para que eles tenham mais liberdade de trabalhar, passa por você fazer uma prefeitura mais eficiente, que consiga liberar os alvarás de funcionamento mais rápido. Isso é uma pauta minha. Eu quero, inclusive, trazer para Belo Horizonte a lei de liberdade econômica, que ainda não foi feita no município. Na Assembleia Legislativa fui o autor da lei que classificou as atividades de baixo risco no Estado para que elas pudessem funcionar de maneira mais célere. Passa pela questão do plano diretor para a gente voltar a ter o setor da construção civil pujante. E daí a importância de um bom relacionamento com o Legislativo, porque tudo isso depende da Câmara dos Vereadores. Obviamente que a gente tem um norte, a gente que vai mandar a revisão do código de posturas, no novo projeto do plano diretor, mas isso precisa ser aprovado na Câmara, então a gente precisa ter um diálogo para fazer as mudanças que Belo Horizonte precisa.

A economia de Belo Horizonte gira em torno principalmente de comércio, serviços e turismo. Como incentivar esses setores e até mesmo diversificar a economia da cidade?

A gente até tem uma indústria importante ali no Vale do Jatobá, que precisa ser protegida, mas não é a força motriz da nossa economia. E a questão é desburocratizar, incentivar a prática de eventos, facilitar a liberação de um alvará de funcionamento, valorizar o que Belo Horizonte já tem. A Lagoa da Pampulha é um cartão-postal maravilhoso, mas parece que ninguém quer resolver o problema, porque nos últimos 20 anos, a gente gastou quase R$ 1,5 bilhão na limpeza da lagoa e nada foi resolvido. O que a gente observa é um sistema político que não quer resolver o problema, porque vê ali uma fonte inesgotável de dinheiro público. A gente precisa trabalhar para recuperar a Lagoa da Pampulha, trabalhar para valorizar e divulgar o nosso parque municipal. Quando Arão Reis desenhou Belo Horizonte, o parque municipal era para ser o coração da cidade, a área de lazer de Belo Horizonte. Ele já foi dividido em três e mesmo assim continua sendo um parque maravilhoso, um ambiente bacana para as famílias frequentarem. A gente pode e deve cuidar e divulgar o Parque das Mangabeiras - o segundo maior parque urbano do Brasil. Belo Horizonte tem um potencial enorme. Se a gente for falar das potencialidades da cidade, a gente olha para a gastronomia, a gente tem a melhor comida do Brasil, quem sabe do mundo. Precisamos fomentar isso, trazer as pessoas para conhecer o Comida di Boteco, os nossos bares, nossos restaurantes. Uma coisa que me entristece hoje é que Belo Horizonte virou, no turismo, uma cidade de passagem. As pessoas pousam em Confins para ir para Inhotim, não passam em Belo Horizonte.

> *"(...) a gente tem o compromisso de rever o plano diretor. E a gente quer também desburocratizar. Porque hoje a gente tem um código de posturas que engessa completamente a atividade comercial"*
>
> Bruno Engler

Esse incentivo você acha que passa pela divulgação ou é preciso algum incentivo econômico para a cultura, a gastronomia, o turismo?

Eu acho que passa pela divulgação e passa pelo cuidado. A questão da gastronomia, do turismo, passa por um diálogo. A gente tem um diálogo muito bom com o pessoal da Abrasel. Entender quais são as demandas, como a gente pode fomentar mais eventos como o Comida di Buteco, que é um sucesso absoluto. Passa pelo cuidado. A lagoa, não adianta divulgá-la agora, é preciso limpá-la para voltar a atrair turistas. Passa pela manutenção dos espaços públicos, mas passa também pela divulgação. Muitas pessoas não sabem o rico patrimônio que a gente tem em Belo Horizonte e uma vez isso divulgado pode gerar interesse em conhecer a nossa cidade.

Belo Horizonte tem se posicionado cada vez mais como uma das principais cidades realizadoras de Carnaval no Brasil. Se Bruno Engler for eleito prefeito teremos Carnaval?

Com certeza teremos Carnaval. Qualquer um que se candidata ao Poder Executivo, precisa entender que existem as suas preferências pessoais e existem as demandas da cidade. Eu, Bruno Engler, enquanto cidadão, não sou um frequentador de Carnaval, não é uma coisa da minha personalidade, mas eu entendo que gera receita, investimento, movimenta a economia da cidade, então a gente quer sim manter e inclusive aprimorar o nosso Carnaval. Uma das coisas que a gente quer fazer é aumentar o investimento privado. Esse ano foi uma queda vertiginosa do investimento privado, teve problema de prestação de contas de carnavais anteriores e a prefeitura precisou colocar muito dinheiro público e pedir ajuda ainda ao governo do Estado para poder realizar o Carnaval. Evidente que se a gente não conseguir arrecadar tudo junto ao setor privado, precisa ter investimento público, pela magnitude da festa. A cidade já entrou no mapa do Carnaval. A gente quer manter a festa com milhões de pessoas, movimentando a economia da nossa cidade. Jogar o máximo possível de investimento para a iniciativa privada, mas aquilo que não for possível o poder público pode e deve suprir.

Os setores de comércio, serviços, o próprio Carnaval, são basicamente compostos por pequenos empreendedores. O que você propõe para incentivar essa categoria?

Mais uma vez, é preciso focar na desburocratização. Acho que a gente precisa ter uma fiscalização racional. A prefeitura não pode querer ser adversária de quem empreende. É algo que vamos fazer, chegando na prefeitura: revisão do Código de Posturas, para que eles tenham uma flexibilidade maior. E um compromisso que eu faço, sem titubear, é o seguinte, quando eu for prefeito, nós não vamos aumentar imposto algum. E vamos trabalhar para reduzir os impostos. Eu não vou fazer aqui nenhuma promessa vazia de qual imposto, qual taxa, porque é preciso entender a realidade financeira da prefeitura, o que a gente pode cortar de gasto, onde precisa de investimento, para saber onde é possível fazer corte de impostos. Existe um ditado que é aquele, "muito ajuda quem não atrapalha". Hoje a prefeitura ajuda pouco e atrapalha muito. É preciso mudar essa realidade.

Você é a favor ou contra a mineração na Serra do Curral?

A gente não pode colocar no mesmo balaio irregularidades, quem está infringindo a lei e quem está trabalhando conforme o que a lei prevê. Evidente que qualquer tipo de iniciativa minerária que for proposta, que vai gerar barulho, poeira, transtorno para o belo-horizontino, jamais será aprovado. Do lado de cá da Serra, do nosso cartão-postal, nunca vai ter mineração. Mas a mineração nas costas da Serra do Curral já existe há muito tempo. São atividades que funcionam de maneira regular, que têm todas as licenças ambientais, que não apresentam risco nem para o meio ambiente, nem para o Belo Horizonte. Então, não tem por que a gente ser oposição por oposição. Isso é bravata de período eleitoral. O que a gente vai ter é uma fiscalização ferrenha e não vai ter nada de irregular na nossa serra.

Quais são suas propostas para a educação?

Para a educação a gente tem duas prioridades absolutas. Primeiro, zerar a fila da educação infantil. Hoje a gente tem cerca de 1.600 crianças esperando vaga. Para isso, vamos ampliar a rede parceira. Hoje a prefeitura já tem uma rede parceira de creches, de escolas particulares e a gente quer fazer mais processos licitatórios para que escolas particulares possam se inscrever e a prefeitura possa realmente estar pagando a mensalidade de crianças de famílias de baixa renda. E outra prioridade absoluta é o retorno do ensino integral. A gente entende que o que o Kalil fez foi uma covardia. Ele se elegeu em 2016 prometendo mais vagas na educação infantil. E o que fez? Acabou com o ensino integral, ficou metade das vagas de manhã, metade das vagas da tarde, assim que ele dobrou as vagas. Isso é uma falta de respeito com o pai, com a mãe que precisam trabalhar o dia todo e precisam de um lugar onde eles sabem que o filho vai estar bem cuidado, bem-educado, seguro, para poderem trabalhar com tranquilidade.

Como reduzir as filas na saúde?

O problema da saúde em Belo Horizonte não é nem falta de investimento, é falta de gestão. BH investe mais de R$ 6 bilhões em saúde, é a capital que mais investe em saúde por habitante. É mais de R$ 2 mil por mês por habitante. Só que o cidadão não percebe essa qualidade no serviço. Não percebe esse investimento num bom serviço de saúde, porque falta gestão. Belo Horizonte hoje está no analógico, no papel. Eles tentaram fazer aí o Sistema Integrado de Gestão Hospitalar, não deu certo. A gente precisa fazer um sistema que funcione integrado, digitalizado, que tenha todas as unidades de saúde do município se comunicando. Hoje falta um atendimento em telemedicina, a gente já tem, mas é muito pequeno..

Como você pretende trabalhar a segurança pública da cidade e reduzir o número de pessoas em situação de rua?

Eu costumo dizer que antes de você começar a resolver a questão das pessoas em situação de rua, você precisa entender o problema. Hoje, os números oficiais da prefeitura dizem que a gente tem pouco mais de 5 mil moradores de rua em Belo Horizonte. Isso é rir da cara do cidadão. Só na região central a gente tem bem mais do que isso. Então, se a prefeitura sequer sabe quantos moradores de rua têm na cidade, como ela vai resolver o problema? Vamos fazer um mapeamento amplo e compreensivo dos moradores de rua. Queremos entender quantos são e onde eles estão. A partir daí, precisamos conversar com essas pessoas para entender por que cada uma delas foi parar na rua. . Hoje, não existe esse diálogo, não existe essa escuta. Ninguém nunca indagou por que aquelas pessoas estão ali, como elas vão sair?

Quanto ao meio ambiente, qual sua maior preocupação?

Nossa maior preocupação é a situação das chuvas. Já estamos há mais de quatro meses sem chuva e a nossa preocupação é quando a chuva vier, com qual intensidade ela virá. A gente precisa ampliar o investimento em infraestrutura de chuva. Hoje a prefeitura já tem investido em bacias de contenção, os piscinões e isso precisa ser mantido e finalizado. Muitos deles ainda estão em construção, mas a gente tem buscado outras soluções também, mais modernas e tecnológicas, que aumentem a infiltração do solo. Porque um dos grandes problemas que gera enchente aqui na Capital é que Belo Horizonte tinha muitos rios, até hoje tem, só que eles estão cobertos por avenidas.

Belo Horizonte ainda enfrenta déficit na arrecadação. Como otimizar o orçamento?

A gente pode e deve aumentar a arrecadação, mas existe também um problema de gestão. Belo Horizonte pela primeira vez em muito tempo apresentou um orçamento deficitário. Mas é ano eleitoral, o prefeito precisa gastar para tentar se reeleger. Estamos com gastos na ordem de R$ 19,8 bilhões e previsão de receita de R$ 19,6 bilhões. BH está R$ 200 milhões no vermelho. A gente precisa melhorar a gestão desse recurso, estancar o ralo da corrupção e cortar o supérfluo para dar prioridade àquilo que é essencial, como saúde, educação, mobilidade e segurança. Para além disso, acredito em aumento de arrecadação, mas não através de aumento de imposto. Eu entendo que a gente aumenta a arrecadação a partir do momento que a gente gera mais receita. Quando a gente destrava a atividade comercial através da revisão do Código de Posturas, o comerciante vai ter uma liberdade, uma condição melhor de vender, ganhar mais dinheiro, contratar mais gente, fazer a economia girar e também de pagar mais imposto e, assim, aumentar a arrecadação. Se destravar o setor da construção civil, destrava a economia de Belo Horizonte, recolhe mais ISS, novos IPTUs e ITBIs.

Qual é o Belo Horizonte que o Bruno Engler quer para o futuro, sendo eleito ou não?

Primeiro eu quero uma Belo Horizonte segura. Quero que as pessoas tenham tranquilidade de andar nas ruas. Eu não quero mais ver a realidade triste de as pessoas terem medo de andar na nossa cidade à noite. Quero uma Belo Horizonte que fomente o crescimento, que seja parceira, que seja amiga. daqueles que geram emprego e renda e oportunidade na nossa Capital. Hoje a gente tem uma prefeitura que é adversária, quase que inimiga dos empreendedores. Eu quero uma Belo Horizonte que, de fato, cresça e avance junto com a modernidade que ela precisa e merece. %

AGRONEGÓCIO

CURTAS

Cai receita com exportação

A receita com as exportações do agronegócio do Brasil caiu 9,5% em agosto ante o mesmo mês do ano passado, para US$ 14,13 bilhões, pressionada por um recuo nas vendas externas do complexo soja, que impactou também os resultados no acumulado do ano. Os dados foram publicados ontem pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa). De janeiro a agosto, a receita com as exportações do agro somou US$ 111,76 bilhões, queda de 0,6% na comparação com o mesmo período de 2023, quando o Brasil registrou volumes recordes de soja e milho e contava com preços mais altos das principais commodities. O setor respondeu por 48,6% da receita total obtida com as exportações do Brasil em agosto, e por 49,2% do total exportado no acumulado do ano até o mês passado.

Saúde do agricultor familiar

A Lei 24.970/2024, que estabelece diretrizes para ações voltadas à promoção da saúde dos agricultores familiares em Minas Gerais foi sancionada ontem (18). A nova norma, que tem origem no Projeto de Lei (PL) 325/19, foi aprovada pelo Plenário da Assembleia Legislativa (ALMG) em agosto. A lei define os princípios que orientam a proteção dos trabalhadores rurais, incluindo a explicação sobre o uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), conforme as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, dentre outros. Além disso, a norma especifica o que são considerados produtos perigosos, como substâncias químicas ou biológicas que representam riscos à saúde dos agricultores e ao meio ambiente.

FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK

Seminário discute rotas do QMA

A capital mineira vai receber hoje (19) o seminário "Queijos Artesanais: Cultura, Turismo e Novos Negócios", realizado pelo Instituto Periférico, com o objetivo de promover um diálogo com o trade turístico de Minas Gerais sobre as possibilidades de atuação e fortalecimento de rotas dos queijos artesanais. Além disso, vai discutir as perspectivas com relação à declaração da Unesco sobre os modos de fazer do queijo Minas Artesanal como Patrimônio Cultural da Humanidade. O encontro será das 14h às 18h, no Centro de Referência do Queijo Artesanal, em Belo Horizonte, com entrada gratuita e mediante inscrição pelo site institutoperiferico.org/queijominas.

FOTO: MARCO AURÉLIO PRATES / INSTITUTO PERIFÉRICO

Uberaba, no Triângulo Mineiro, foi maior produtor de cana-de-açúcar do País em 2023, segundo IBGE FOTO: DIVULGAÇÃO / CRISTIANO MARIZ

Faturamento em Minas caiu 7,2% em 2023

PRODUÇÃO AGRÍCOLA Apesar disso, municípios mineiros destacaram-se individualmente no País, diz IBGE; além do café, Estado teve maior produtor de cana e batata

MICHELLE VALVERDE

Ao longo de 2023, os preços de importantes *commodities* agrícolas recuaram, causando, assim, uma retração no Valor Bruto da Produção (VBP). O faturamento gerado com os itens apurados pela pesquisa Produção Agrícola Municipal (PAM), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em Minas Gerais, somou R$ 81 bilhões, ficando, portanto, 7,2% menor que em 2022. Mas municípios mineiros sobressaíram-se individualmente no País. Uberaba, no Triângulo Mineiro, por exemplo, foi o maior produtor nacional de cana-de-açúcar. Patrocínio, mais uma vez, liderou no café. E por aqui também está a maior cidade produtora de batata-inglesa e também a de abacate.

Apesar da queda em faturamento em 2023, Minas Gerais colheu uma safra recorde de grãos e respondeu por 72% do café arábica produzido no País, destacando-se como um dos estados com a produção mais diversificada. Dos 64 produtos inseridos na pesquisa do IBGE, Minas cultiva 54.

"Minas continua sendo o Estado mais diverso em culturas agrícolas pesquisadas pelo IBGE. Em 2023, a safra de grãos foi favorecida pelas chuvas, assim como a produção de café. Porém, devido à queda dos preços das commodities, tivemos uma redução no VBP da agricultura. Mas, ainda assim, é um resultado relevante", explicou a assessora técnica do Sistema Faemg/Senar, Aline Veloso.

Conforme os dados da pesquisa, com o VBP de R$ 81 bilhões, o Estado ficou na quarta posição entre os maiores VBPs do País, atrás somente do Mato Grosso, São Paulo e Paraná.

Café e demais grãos - Em 2023, o café respondeu por 29,6% do VBP total da agricultura do Estado. O grão é amplamente cultivado no território mineiro, que foi responsável por 72% de toda a produção do café arábica do País. A produção chegou a 28,9 milhões de sacas, incremento de 24,8% em relação ao ano anterior. Contudo, o valor da produção de café arábica no Estado encolheu 15,2%, gerando R$ 23,9 bilhões.

Com o grande potencial para a produção, dos 10 maiores municípios produtores de café do Brasil, nove estão em Minas. De acordo com o IBGE, Patrocínio seguiu como maior produtor nacional de café, seguido por Monte Carmelo, Araguari, Campos Gerais, Três Pontas, Carmo do Paranaíba, Manhuaçu, Rio Paranaíba (9º) e Serra do Salitre (10º).

Minas também se destacou com uma produção recorde de grãos, que somou 19,3 milhões de toneladas. Dentre eles, a soja respondeu por 26,7% do VBP total da agricultura e o milho por 9,4%. O Estado foi responsável pelo maior volume de milho colhido na primeira safra do País, totalizando 5,2 milhões de toneladas.

Cana, batata e alho - Outro importante item agrícola, a cana-de-açúcar foi responsável por 14,2% do faturamento bruto da atividade no Estado. A colheita de cana-de-açúcar foi a maior da história, chegando a 82,5 milhões de toneladas.

No caso da cana, o destaque foi Uberaba, na região do Triângulo, como maior produtor nacional. Minas Gerais é o segundo maior produtor de cana-de-açúcar, respondendo por 10,5% da produção nacional e ficando atrás de São Paulo.

Destaque também para o VBP da batata-inglesa, que respondeu por 3,5% do faturamento total da agricultura estadual. Conforme a pesquisa do IBGE, Perdizes foi o maior produtor de batata-inglesa do País. Minas ocupa a liderança na cultura de batata-inglesa com 33% da produção nacional.

Ao longo de 2023, o Estado também foi o maior produtor nacional de alho, responsável por mais de 50% do volume total. O destaque é o município de Rio Paranaíba, segundo maior produtor nacional e correspondendo a mais de 22% da produção nacional. Também são grandes produtores de alho os municípios de Sacramento (3º), São Gotardo (5º), Campos Altos (6º) e Perdizes (9º).

Cidade de Rio Paranaíba, no Alto Paranaíba, é maior produtora nacional de abacate FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK

Minas ocupa liderança no País na produção de batata-inglesa com 33% FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / ARQUIVO / ALESSANDRO CARVALHO

Uberaba e Unaí: os maiores do Estado

Conforme a pesquisa do IBGE, em termos de Valor Bruto da Produção total da agricultura, os municípios de Uberaba e Unaí são os maiores de Minas Gerais. Em nível nacional, Uberaba encerrou 2023 ocupando o 30º lugar, e Unaí, o 31º lugar no *ranking* nacional.

Uberaba, mesmo com decréscimo de 3,3% no VBP, apresentou o maior valor da produção agrícola regional, R$ 2,8 bilhões, gerado, sobretudo, pela produção de cana-de-açúcar e grãos em 2023. Já o VBP de Unaí chegou a R$ 2,78 bilhões, com destaque para as produções de grãos, café e cana. Os dois municípios, conforme o IBGE, registraram os maiores VBPs da região Sudeste. **(MV)**

Fruticultura foi outro destaque

Em Minas Gerais, a produção de frutas, além de diversificada, também se destaca no cenário nacional. Ao longo de 2023, o Estado ocupou o segundo lugar nas produções de laranja, com um VBP de R$ 1,3 milhão; tangerina, R$ 434 milhões; abacate, R$ 270 milhões, e limão, R$ 156 milhões.

O Estado é o terceiro maior produtor de banana, abacaxi, caqui e figo. No caso da banana, ao longo do ano passado, o VBP chegou a R$ 1,93 bilhão e o município de Jaíba, no Norte do Estado, foi o terceiro maior produtor do País. O VBP da produção de abacaxi chegou a R$ 339 milhões, sendo o município de Frutal o sexto maior produtor da fruta do País.

Rio Paranaíba, no Alto Paranaíba, é a maior produtora nacional de abacate. O VBP estadual da fruta, em 2023, ficou em R$ 270 milhões. **(MV)**

Sebrae Minas impulsiona digitalização de empresas

INCENTIVO **Através do Jornada Mais Digital empresas aceleram vendas e reforçam a presença *on-line***

RAFAEL TOMAZ, Editor

A presença no ambiente digital, atualmente, é crucial para o bom desempenho dos negócios. Pensando nisso, o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais (Sebrae Minas) passou a oferecer aos empreendedores o Jornada Mais Digital, que consiste em soluções para a pequena empresa fincar bandeira no mundo virtual e atingir bons resultados.

A iniciativa do Sebrae Minas busca oferecer às pequenas empresas ferramentas e suporte necessários para potencializar seus negócios por meio da digitalização. A analista do Sebrae Minas, Carla Gobb, explica que o projeto é voltado principalmente para a presença digital e o desenvolvimento de estratégias de *marketing*, áreas cruciais para os empreendedores que desejam se destacar no mercado atual. O programa oferece três soluções para os empreendedores:

Acelera digital: Essa solução auxilia o empreendedor a criar ou estruturar sua presença nos quatro principais canais de redes sociais. "O cliente começa a usar de forma mais estratégica", afirma a analista do Sebrae Minas. A iniciativa vai além de apenas estar nas redes, ajudando os pequenos negócios a se posicionarem e se relacionarem de maneira eficiente com seu público-alvo.

Impulsiona conteúdos: Após estabelecer os canais de comunicação, essa etapa foca em potencializar essas plataformas por meio da criação de conteúdos relevantes. Carla Gobb destaca a importância da qualidade dos conteúdos: "O cliente vai aprender a fazer um calendário editorial e ver como é importante esse processo de criação de conteúdo. Criar os *posts*, não só o *design*, mas a voz também". O foco aqui é comunicar-se de forma estratégica e personalizada com o público, seja ele mais jovem ou mais velho.

Impulsiona vendas: Com as redes sociais já estruturadas e um conteúdo atraente, chega a hora de impulsionar as vendas. Esta solução orienta o empreendedor a explorar o potencial comercial das redes sociais, criando, por exemplo, lojas no Facebook ou catálogos no WhatsApp Business. "Essa solução vem muito para ajudar, já que, na maioria das vezes, quando o pequeno negócio começa a usar o digital para vender ou conversar com o cliente, ele vai para as redes sociais", explica Carla Gobb.

Além disso, segundo a analista do Sebrae Minas, está em desenvolvimento uma solução voltada para a inteligência artificial que, em breve, será disponibilizada para os empreendedores no Estado.

Para os pequenos negócios, o desafio da presença digital ainda é uma realidade. Segundo Carla Gobb, a pandemia impulsionou o uso do digital entre as pequenas empresas, mas há um caminho a percorrer. "Hoje, o grande desafio é entender melhor quais são as possibilidades e os recursos existentes", ressalta. A Jornada Mais Digital ajuda a superar esse desafio, possibilitando que os empreendedores avancem na utilização das ferramentas digitais de forma estratégica e competitiva.

Cubo Arquitetura - Uma das empresas que enxergaram no Jornada Mais Digital uma oportunidade para impulsionar os negócios foi a Cubo Arquitetura e Fiscalização, instalada em Uberlândia, no Triângulo Mineiro. A empresária Laíta Alves Silva explica que foi apresentada ao projeto por consultores do Sebrae Minas quando estava fazendo capacitação no âmbito do Empretec e decidiu que seu escritório, com 13 anos de atuação, passaria a ter presença no mundo digital.

Laíta Silva conta que a maioria dos clientes da Cubo, especializada na fiscalização de obras, chegava por indicação e que, para ampliar o número de contratos, a entrada no mundo virtual foi crucial. Com a consultoria e cursos presenciais do Jornada Mais Digital, a empresa criou seu perfil no Instagram e conteúdos específicos sobre a área de atuação.

A empresa também passou a impulsionar as publicações e está trabalhando com o Google Ads. "Hoje somos uma das primeiras empresas do ramo que aparecem na busca do Google", diz.

Outro ponto positivo, segundo a empresária, foi a implantação de novos serviços por meio do WhatsApp. "Hoje os clientes conseguem fazer os pagamentos por Pix, no aplicativo", explica.

Interessados em participar da Jornada Mais Digital podem acessar o Sebrae Minas, que subsidia 70% dos custos por meio do Sebraetec. "O Sebrae paga 70%, então o Sebrae subsidia a solução", destaca Carla Gobb. Dessa forma, o programa se torna uma oportunidade acessível para que os pequenos negócios possam investir em sua digitalização e, consequentemente, ampliar seu alcance e vendas.

Carla Gobb: projeto é voltado para a presença digital e o desenvolvimento de estratégias de *marketing* FOTO: DIVULGAÇÃO / SEBRAE MINAS

INOVAÇÃO EM PAUTA

JANAYNA BHERING

Engenheira com mestrado em Ciência e Tecnologia, especialista em estatística aplicada a processos (Six Sigma Black Belt) e gestão da inovação. Atua no ecossistema de inovação há 20 anos. Atua como executiva Fundep, Presidente conselho inovação e VP executiva na ACMinas

Câmara dos Deputados aprova combustível do futuro

A descarbonização do setor de transportes é uma prioridade global em face das mudanças climáticas, e o Brasil está em uma posição única para se destacar como um líder nesse movimento. A transição para um sistema de transportes mais sustentável não só é crucial para a redução das emissões de gases de efeito estufa, mas também representa uma oportunidade estratégica para o Brasil, devido à sua matriz energética predominantemente limpa. Além dos benefícios ambientais, a descarbonização pode reduzir a dependência do Brasil de importações de petróleo, fortalecer a segurança energética e estimular o desenvolvimento tecnológico e industrial.

Na última semana, a Câmara dos Deputados aprovou o projeto Combustível do Futuro (PL 528/2020), que visa à promoção de combustíveis sustentáveis no Brasil. Essa proposta, que foi introduzida pelo Ministério de Minas e Energia em setembro de 2023, sob a liderança do ministro Alexandre da Silveira, também já recebeu o apoio do Senado Federal e agora está aguardando a sanção do presidente Lula.

Segundo informações publicadas no *site* do Ministério de Minas e Energia: "Este projeto visa implementar várias medidas para promover a descarbonização e uma transição energética mais sustentável no Brasil. Entre as principais iniciativas estão o Programa Nacional do Diesel Verde (PNDV), o Programa Nacional do Bioquerosene de Aviação (ProBioQAV) e o Programa Nacional de Descarbonização do Produtor e Importador de Gás Natural e de Incentivo ao Biometano. Além disso, será estabelecido um marco legal para a captura e armazenamento geológico de dióxido de carbono (CCS), uma tecnologia essencial para reduzir as emissões de gases de efeito estufa".

"Este projeto - Combustível do Futuro (PL 528/2020) - visa implementar várias medidas para promover a descarbonização e uma transição energética mais sustentável no Brasil"

A aprovação do projeto também busca integrar várias políticas públicas existentes, como a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), o Programa de Mobilidade Verde (Mover), o Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBEV) e o Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos (Proconve), com o objetivo de criar uma abordagem mais integrada e eficaz rumo à descarbonização.

Além disso, o programa estabelece novos percentuais para a mistura de etanol com gasolina C e de biodiesel com diesel nos postos de combustíveis do País. O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) será encarregado de avaliar a viabilidade dessas metas de mistura, podendo ajustar os percentuais dentro dos limites estabelecidos: entre 13% e 25% para o biodiesel e entre 22% e 35% para a mistura de etanol com gasolina. Esses ajustes visam equilibrar a sustentabilidade ambiental com as necessidades do setor energético.

Plataforma VaiPraConta ajuda usuário a criar reserva financeira

TECNOLOGIA **Para enfrentar o desafio e também estimular que as pessoas "poupem", plataforma utiliza a captação e o investimento de pequenos valores**

MICHELLE VALVERDE

Ter uma reserva financeira é importante para atender contratempos, mas a maioria dos brasileiros tem dificuldades em constituir estas economias. Com investimentos próximos a R$ 100 mil e com o objetivo de criar uma reserva financeira para os usuários, utilizando a captação e o investimento de pequenos valores que muitas vezes passam despercebidos, foi criada a Plataforma VaiPraConta.

Conforme o fundador da VaiPraConta, Nilton Rocha, a motivação para o desenvolvimento da plataforma veio após análises de mercado. Dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) mostram que mais de 60% dos brasileiros não conseguem poupar, afetando, assim, cerca de 100 milhões de pessoas. A falta de uma reserva, em emergências, acaba levando as pessoas ao descontrole financeiro e acúmulo de dívidas e frustração.

"A ideia de criar a plataforma surgiu a partir da observação de que a maioria das pessoas não consegue economizar para realizar um projeto. Há também a crença de que com pequenos valores não é possível se criar uma reserva. Isso acontece principalmente com pessoas das classes C e D, que são o nosso público-alvo. Então surgiu essa ideia para quebrar paradigmas", explicou.

Ao comprarem em lojas físicas e *on-line* parceiras os usuários terão um *cashback* que é direcionado para investimento, afirma Nilton Rocha FOTO: DIVULGAÇÃO / VAIPRACONTA

Captação de pequenos recursos - Para enfrentar o desafio e também estimular que as pessoas criem essas reservas, a estratégia da VaiPraConta utiliza a captação e o investimento de pequenos valores, como trocos que passam muitas vezes despercebidos. Assim, as ações acontecem de três formas. A primeira é através do *cashinvest*, ou seja, um *cashback* aplicado a pagamentos recorrentes, como assinaturas, mensalidades e financiamentos.

"No *cashinvest* quando o usuário da plataforma paga as contas recorrentes - como energia elétrica, plano de internet, proteção veicular, mensalidade escolar, plano de saúde - em dia, o que é bom para o mercado, o parceiro oferece o valor de retorno que é aplicado em forma de reserva financeira".

Há também ganhos através de recompensas financeiras geradas a partir de compras no varejo com empresas parceiras da plataforma, gerando, assim, o *cashinvest* de consumo no varejo.

"Os nossos usuários ao comprarem em lojas físicas e *on-line* parceiras terão um *cashback* que é direcionado para investimento. Hoje, já contamos com cerca de 3 mil empresas parceiras e com atuação nacional. São grandes marcas Magazine Luiza, Netshoes, entre outros".

Ainda em processo de desenvolvimento, haverá, em breve, o microinvestimento direto. Nesse caso, a captação do recurso para a formação de reserva acontece em lojas físicas parceiras - como padarias e farmácias - onde os trocos poderão ser transferidos como crédito para a conta do usuário na plataforma, sendo, também, transformado em reserva financeira.

"A ideia de criar a plataforma surgiu a partir da observação de que a maioria das pessoas não consegue economizar para realizar um projeto"
Nilton Rocha

Economia é "mão na roda" - "Nosso objetivo é que o usuário, através da captação dos *cashbacks* e direcionamento dos valores para investimentos, ao final do prazo, dependendo do plano, possa formar uma reserva financeira interessante. Em três anos, a estimativa é que com esses valores seja possível economizar o equivalente a três vezes o salário do usuário. Tudo isso, feito com um valor que muitas vezes não é percebido".

As expectativas em relação aos negócios são positivas. A projeção é ampliar o número de usuários de forma gradual, chegando, assim, em cinco anos, com cerca de 250 mil usuários.

O uso da plataforma é gratuito e os planos variam de 12, 24 ou 36 meses. A monetização da plataforma ocorre através da cobrança de uma porcentagem sobre os valores dos *cashinvest* recebidos. "É importante ressaltar que como os valores ficam aplicados na plataforma, ao longo do tempo, essa taxa que monetiza a empresa, não é percebida pela usuária já que há rentabilidade dos valores depositados".

RECONHECIMENTO

Guilherme Carrara ganha prêmio O Equilibrista

O CFO e Diretor Financeiro na Empresa AeC, uma das empresas brasileiras líderes em relacionamento com clientes, Guilherme Carrara, é o Executivo de Finanças do "39º Prêmio O Equilibrista de 2024", em votação realizada por associados do Instituto Brasileiro de Finanças de Minas Gerais (Ibef-MG). A solenidade de premiação será no dia 5 de dezembro.

O administrador de empresas Guilherme Carrara agradeceu o prêmio e destacou que o caminho que vem trilhando em sua carreira, enquanto profissional de finanças, segue a ética e o propósito de fazer a diferença na vida das pessoas e das instituições, com a entrega de resultados. Ele é formado em Administração de Empresas, pós-graduado em Gestão Financeira e Controladoria pela FGV e Executive MBA pela Fundação Dom Cabral. Com mais de 20 anos de experiência no mercado financeiro, atuou em empresas nacionais e multinacionais, liderando a área financeira e de estratégia em complexos projetos de M&A, Turn Around, Integração e Reestruturação, Operações Estruturadas, Greenfield. Atuou também em importantes projetos executados no exterior, acumulando experiências e desafios internacionais.

Segundo Julio Damião (foto/esquerda), reconhecimento "O Equilibrista" premia toda uma carreira de profunda dedicação de Guilherme Carrara (foto/direita) FOTO: DIVULGAÇÃO / IBEF-MG

O tradicional Prêmio O Equilibrista, lançado pelo Ibef-MG, homenageia os executivos de finanças que mais se destacaram durante o ano de 2024. O Prêmio foi lançado com o objetivo de reconhecer e homenagear os melhores executivos e empresários do Estado de Minas Gerais, com uma sólida e vitoriosa trajetória profissional que, na condução de seus empreendimentos, propuseram soluções inovadoras e de sucesso em suas gestões.

Segundo o presidente do Ibef-MG, Julio Damião, o reconhecimento "O Equilibrista", premia toda uma carreira de profunda dedicação, sacrifícios, superações e conquistas que envolvem a vida do profissional da área de finanças.

C6 Bank registra lucro de quase R$ 1 bilhão

EXPANSÃO Empresa, que este ano completou cinco anos, tem Minas Gerais como um dos principais estados de atuação, sendo o terceiro maior em relevância nos resultados

MICHELLE VALVERDE

O C6 Bank, que este ano completou cinco anos, alcançou lucro líquido de R$ 969 milhões entre janeiro e junho de 2024. Este foi o primeiro lucro semestral do banco. O resultado positivo veio do trabalho contínuo para a expansão de receitas, do maior controle de custos e da estabilização da provisão para devedores duvidosos. Com atuação nacional e voltado para atender clientes de alta renda, o C6 Bank tem Minas Gerais como um dos principais estados de atuação, sendo o terceiro maior em relevância nos resultados.

Conforme o *head* de produtos de pessoa física do C6 Bank, Maxnaun Gutierrez, o resultado alcançado ao longo do primeiro semestre foi muito positivo, principalmente, pelo C6 Bank ser um banco ainda jovem.

"O C6 é um banco bem jovem e pela primeira vez na nossa história registramos lucro em um semestre inteiro. Chegamos a quase R$ 1 bilhão de lucro de janeiro a junho. O resultado veio muito do nosso trabalho voltado para a expansão de receitas, controle de custos e estabilização da provisão para devedores duvidosos".

Ainda conforme Gutierrez, a carteira de crédito do C6 Bank - indicador bastante importante e observado pelo mercado - atingiu ao longo do primeiro semestre quase R$ 48 bilhões, representando, portanto, um crescimento de 25% frente ao mesmo período de 2023.

"O resultado positivo do C6 Bank foi muito impulsionado pelo financiamento de veículos e concessão de crédito consignado. São duas áreas dos oito negócios que a gente tem dentro do banco, onde, obviamente, o principal é o banco comercial tanto de pessoa física como de pessoa jurídica".

Minas Gerais é estratégico - Quanto à atuação em Minas Gerais, Gutierrez explica que Minas Gerais tem um posicionamento estratégico bem importante nos negócios do banco. "Hoje, dentro das operações do banco, Minas Gerais é o terceiro estado em maior relevância, seja em número de clientes, em operações de crédito e em clientes usando a conta global. Então, depois de Rio e São Paulo, Minas Gerais é o estado com maior relevância dentro da nossa operação".

Devido à relevância do Estado e ao banco ser focado em atender clientes de alta renda, houve uma estruturação importante das operações em Minas Gerais. Apesar de ser um banco digital, onde o cliente pode realizar as operações pelo aplicativo e ser atendido pelo WhatsApp ou por telefone, há também escritórios para atendimentos.

"Para atender os clientes de alta renda, a gente também tem atendimento humano. Se ele quiser falar pessoalmente, temos os chamados Carbon Partner, que é o gerente de alta renda e também o assessor de investimentos. São cinco escritórios no Brasil, em Belo Horizonte, nosso escritório fica na Savassi. Isso reforça a estratégia que temos em Minas".

Há também três escritórios de distribuição para pessoas jurídicas em Minas Gerais, onde os atendimentos são feitos por parceiros.

C6 Seg - Conforme Gutierrez, outra operação importante é a de seguros, a C6 Seg. A assessoria, voltada para atender corretores de seguros, está expandindo a atuação em Minas Gerais.

O C6 é um banco bem jovem e pela primeira vez na história registrou lucro em um semestre inteiro, definiu Maxnaun Gutierrez FOTO: DIVULGAÇÃO / C6 BANK

No início do mês, foi inaugurado um escritório da C6 Seg em Montes Claros, no dia 26 de setembro será aberto um em Divinópolis e, até o final do ano, uma unidade em Juiz de Fora. Com os três novos escritórios, Minas Gerais passará a contar com seis operações, sendo as restantes já em funcionamento em Belo Horizonte, Uberlândia e Pouso Alegre.

Com cerca de 30 milhões de clientes, o C6 Bank tem um portfólio de mais de 90 produtos.

> **"Carteira de crédito do C6 Bank - indicador bastante importante e observado pelo mercado - atingiu ao longo do primeiro semestre quase R$ 48 bilhões"**
> Maxnaun Gutierrez

FRANQUIA

Amélie Crepêrie traz legítimo crepe francês para Minas

DANIELA MACIEL

Fundada há dez anos, no Rio de Janeiro, com um conceito de negócio gastronômico que combina ambientes charmosos a preços acessíveis e tendo como carro-chefe a tradicional *galette* (legítimo crepe francesa de trigo sarraceno), a franquia Amélie Crepêrie traça um plano ousado de expansão pelo Sudeste. A meta é abrir 25 unidades em 30 meses. Delas, seis deverão ser em Minas.

Conforme a sócia-fundadora da Amélie Crepêrie, Sálua Bueno, a franquia oferece um modelo de restaurante otimizado e compacto que requer investimento inicial a partir de R$ 650 mil.

"O charme acessível está na base do conceito do Amélie. Tem tudo a ver com o mundo de hoje, em que nem todo mundo tem acesso a uma comida mais cuidadosa, com a possibilidade de uma experiência que remete a uma experiência internacional para um público maior. Ao mesmo tempo, com o aumento do consumo consciente, que leva em consideração um preço justo, faz com que atendamos também às classes mais altas", explica Sálua Bueno.

O plano está baseado nos números divulgados pela Associação Brasileira de Franchising (ABF), segundo os quais, o faturamento das franquias avançou 12,8% no 2° trimestre de 2024. O segundo melhor desempenho do setor foi o de alimentação - *food service*, que cresceu 16,4% em relação ao mesmo período do ano passado.

Em Minas Gerais o resultado foi ainda melhor: crescimento de 16,2% no primeiro semestre de 2024, em comparação com o mesmo período do ano passado, com o faturamento atingindo a marca de R$ 10,65 bilhões, contra R$ 9,16 bilhões em igual período. Os segmentos com maior variação em faturamento foi Alimentação (*food service*), com 34,5%.

No Estado, a rede de restaurantes já mapeou oportunidades em quatro *shopping centers* de Belo Horizonte e também em Uberlândia, no Triângulo Mineiro, e Juiz de Fora, na Zona da Mata.

"Buscamos por franqueados que se identifiquem com o produto e gostem do conceito. Alguém que queira estar à frente de um negócio que trabalha com um produto artesanal que exige excelência operacional", pontua.

Para garantir crepes com a legítima qualidade francesa, a franquia pratica a chamada engenharia de cardápio, avaliando a disponibilidade de insumos na região, a logística e o paladar brasileiro, de forma a garantir a sustentabilidade do negócio sem abrir mão da tradição francesa.

"Para conseguir replicar a qualidade em escala, preciso ter um cuidado muito grande na construção do cardápio. Para mudar dois itens, muitas vezes, estudo mais de cem. Temos parceria com fornecedores com presença nacional e uma boa flexibilidade para entender as regionalidades e sazonalidades, sempre informando isso ao nosso cliente. Ainda não precisamos criar sabores regionais, mas entendendo o tamanho e os desafios de uma distribuição no Brasil, não descartamos essa possibilidade", completa a fundadora do Amélie Crepêrie.

Franquia carioca Amélie Crepêrie, fundada há dez anos com um conceito de negócio gastronômico, oferece um modelo de restaurante otimizado e compacto que requer investimento inicial a partir de R$ 650 mil FOTO: DIVULGAÇÃO / AMÉLIE CREPÊRIE

Buscamos por franqueados que se identifiquem com o produto e gostem do conceito da Amélie Crepêrie, revelou Sálua Bueno FOTO: RENATO WROBEL

Empresas mineiras buscam aprimorar conhecimento

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL Executivos de grandes companhias avaliam a tecnologia como forma de impulsionar a eficiência dos negócios, serviços e produtos

MARCO AURÉLIO NEVES

Uma das grandes demandas das empresas em Minas Gerais é entender como aproveitar as oportunidades e sobreviver na era da Inteligência Artificial (IA). Um estudo da Ernst Young (EY) com 1.200 CEOs em todo o mundo, 50 deles no Brasil, sobre como eles enxergam o uso da IA, mostra que para 84% dos executivos brasileiros, a tecnologia é uma força para o bem: impulsiona a eficiência dos negócios e, portanto, cria resultados positivos para a sociedade, como em inovações em tratamentos de saúde.

Mas quase 90% dos entrevistados concordam que o mundo empresarial precisa se concentrar muito mais nas implicações éticas da inteligência artificial e que é preciso fazer mais para mitigar os "maus atores" da tecnologia, que poderiam usá-la de maneiras prejudiciais – desde ataques cibernéticos até falsificações profundas e desinformação.

Segundo o líder regional do escritório da EY em Belo Horizonte, Rogério Magalhães, isso tem sido um desafio grande para as empresas de Minas Gerais ." Temos um grupo de profissionais muito especializado nesse tema e temos tentado ajudar nesse primeiro momento de descoberta, que pode ter aplicabilidades diferentes para cada tipo de indústria e criar alguns ativos", diz.

O CEO da EY no Brasil, Luiz Sérgio Vieira, complementa que a maioria das empresas ainda está em estágio inicial em termos de maturidade no tema e que algumas empresas têm feito os primeiros casos de uso da IA.

A consultoria chama atenção para a estruturação da jornada dos negócios na inteligência artificial, com organização, capacitação e governança, em meio a uma quantidade de novas aplicações e ferramentas.

"A IA não é panaceia para tudo. Tem que saber onde vai usar, ter governança, base de dados, confidencialidade e responsabilidade", afirma Vieira. "Tem que educar as pessoas, não adianta achar que é ferramenta, porque no final do dia a inteligência humana está por trás da inteligência artificial", completa.

Nesse sentido, o CEO da EY no Brasil aponta que um dos estudos da EY mostra que CEOs veem a inteligência artificial mais como oportunidade de eficiência operacional do que aumento de receita. "Na verdade, tem oportunidades de todos os lados. Isso depende de como vão sendo estruturados os modelos de negócios", explica.

No caso de Minas Gerais, o executivo ressalta que o crescente uso da IA vai gerar maior volume e agilidade na produção, o que também vai exigir maior uso de água e energia. Questões que favorecem o Estado. "Têm oportunidades em que Minas se encaixa muito nesse sentido. São agendas de crescimento do Brasil vocacionadas em Minas Gerais".

Pesquisa da EY indica que implicações éticas são a grande preocupação dos CEOs sobre a IA FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK

> "A IA não é panaceia para tudo. Tem que saber onde vai usar, ter governança, base de dados, confidencialidade e responsabilidade"
> Luiz Sérgio Vieira

Mineração - O líder regional da EY aponta que o escritório belo-horizontino tem desenvolvido a inteligência artificial principalmente na mineração, com projetos que perpassam toda a cadeia produtiva do setor, com clientes e fornecedores, e inclusive para segurança operacional. "Temos conversado muito com as mineradoras sobre como usar a inteligência artificial na segurança das barragens, das minas, transporte de minério, etc".

A EY, inclusive, escolheu Belo Horizonte para sediar o seu centro de excelência em mineração no País. Com aproximadamente 200 profissionais de diversas áreas relacionadas ao setor, a maioria locada na capital mineira, o centro acompanha e dita tendências no segmento. Há ainda intercâmbio de profissionais do escritório de Minas Gerais com outros centros de excelência da mineração da EY no planeta.

"O centro é conectado a outros centros de mineração que temos no mundo, como no Canadá e na Austrália. Isso é muito importante, porque compartilhamos ativos e projetos que estamos desenvolvendo, informação, conhecimento entre todos os centros de excelência", finaliza Vieira.

Mineração é uma das áreas que pode se beneficiar da IA FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK

Aplicações da IA generativa nas organizações vão do *front* ao *backoffice*

As empresas estão em um momento de avaliar os possíveis impactos da IA generativa nos seus negócios. Quase quatro em cada dez (38%) consideram que a IA generativa será complementar às iniciativas de IA e *machine learning* já existentes nas suas organizações.

Já 27% acreditam que a IA generativa vai trazer benefícios por meio de uma abordagem experimental que não fará parte do seu programa de transformação. Outros 18%, por outro lado, consideram que a IA generativa vai acelerar radicalmente suas transformações digitais, redefinindo tudo aquilo que for possível no negócio. E 17% consideram que os riscos e incertezas da IA generativa podem prejudicar a adoção em suas organizações. As constatações fazem parte da edição 2024 do estudo Reimagining Industry Future (RIF), produzido pela EY.

As perguntas do levantamento exploraram aspectos de comportamento das organizações, incluindo atitudes e intenção em relação às tecnologias emergentes, como IA, IoT e 5G baseado em IoT. Participaram diferentes setores econômicos como energia; automotivo e transportes; mineração e utilidades; serviços financeiros; serviços de saúde; produtos para o consumidor; setor público e governo; varejo; e tecnologia.

Ainda segundo o estudo, as empresas estão avaliando uma ampla gama de casos de uso para a IA, que se estendem do *front ao backoffice*. O treinamento dos funcionários lidera com 36% do uso ou futuro uso, refletindo o potencial da IA generativa para acelerar a aprendizagem, com os setores automobilístico (44%), de energia (40%) e de manufatura (39%) como os mais receptivos a essa aplicação.

As atividades de vendas, atendimento e suporte ao cliente vêm na sequência com 35% das respostas, refletindo o potencial da IA generativa para melhorar as interações com os clientes, por meio das inúmeras capacidades do *chatbot*. Na terceira posição está o desenvolvimento de *software*, incluindo a etapa de testes, com 34%, sendo a principal resposta fornecida pelas empresas de tecnologia (45%). No quarto lugar, com 33% das respostas, aparece a *cibersegurança* por meio da gestão de fraudes.

Além disso, a IA está sendo cada vez mais usada para proteger as empresas das ameaças cibernéticas. Análise da EY baseada em 69 estudos publicados entre 2015 e 2020 demonstra precisão média superior a 90% na detecção de spam, *malware* e invasões de rede. Essa porcentagem é um dos destaques do estudo "2024 Global Cybersecurity Leadership Insights", que entrevistou líderes em cibersegurança de empresas provenientes de cinco setores econômicos e atuantes nas Américas; Ásia-Pacífico; e Europa, Oriente Médio, Índia e África. Essa capacidade da IA é decorrente principalmente da aprendizagem profunda ou *deep learning* que permite a essa tecnologia analisar volume maior de dados e mais heterogêneo em tempo real.

Agenda de prioridades - O RIF também traz as prioridades ligadas a essa agenda tecnológica. Mais de quatro a cada dez executivos (46%) dizem melhorar a governança dos dados para mitigar os riscos da IA generativa, como acuracidade (precisão) e questões ligadas à ética. Já 41% indicam aproveitar a IA generativa em um contexto mais amplo que envolve outras tecnologias emergentes.

Quatro em cada dez afirmam melhorar o entendimento da tecnologia de IA generativa. Já 38% apontam selecionar e priorizar casos de uso da IA generativa para teste e implantação, e outros 36% indicam avaliar os ganhos de produtividade possibilitados pela IA generativa.

Outra descoberta do estudo é que a IA generativa está entre as principais tecnologias priorizadas pelas empresas para que sejam trabalhadas em colaboração com outras inseridas no seu ecossistema. Quase quatro em cada dez (39%) buscam soluções em conjunto ou em parceria, o que está se mostrando uma aposta acertada, já que os desafios enfrentados são semelhantes no momento inicial de compreensão das possibilidades oferecidas pela IA generativa.

Fato é que a inteligência artificial tem sido cada vez mais utilizada pelas empresas para inovar e tornar mais produtivo o dia a dia dos seus negócios. Há, no entanto, diversas dúvidas sobre como desenvolver e operacionalizar esses sistemas evitando os riscos que podem comprometer os resultados financeiros e a reputação das organizações. **(Com informações da Agência EY)**

LEGISLAÇÃO

Mulheres recebem 20,7% menos do que os homens

TRANSPARÊNCIA SALARIAL Relatório divulgado pelo governo federal aponta um crescimento na diferença de remuneração entre os gêneros no ano passado

Brasília - As mulheres ganham 20,7% menos do que os homens, em 50.692 empresas com 100 ou mais empregados, no Brasil. As informações são do 2º Relatório de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios, apresentado ontem pelos ministérios das Mulheres e do Trabalho e Emprego (MTE), em Brasília. O documento considera os dados informados pelos empregadores na Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 2023.

O 2º Relatório de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios aponta que houve aumento na diferença salarial entre homens e mulheres, na comparação ao primeiro relatório, divulgado em março deste ano, que indicava a diferença salarial de 19,4%.

De acordo com o Ministério das Mulheres, o aumento é resultado dos novos empregos gerados no ano passado - 369.050 mil novos postos formais ocupados por homens e 316.751 mil ocupados por mulheres.

A ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, destacou que igualdade salarial de gênero para trabalhos iguais é prioridade do atual governo federal e está posta em discussão em nível internacional, por exemplo, no âmbito do G20, sob a presidência rotativa do Brasil, em 2024, e também, na Organização das Nações Unidas (ONU).

Cida Gonçalves lembrou que as mulheres são chefes de família em metade dos domicílios brasileiros (50,8%), de acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), mas ganham menos 20% do que os homens pelo mesmo trabalho. "As mulheres são as trabalhadoras, são as que sustentam e as que pensam", ressaltou.

A ministra explicou que é preciso mudar a mentalidade de toda a sociedade em relação aos papéis estabelecidos a homens e mulheres, estas, muitas vezes, dedicadas aos serviços domésticos e ao cuidado de outras pessoas. "Nós precisamos convencer as empresas, os homens e todo o mundo que as mulheres, hoje, são aquelas que mantêm suas famílias. O desafio é colocar as mulheres na centralidade do debate", avaliou.

O salário médio das trabalhadoras em empresas com 100 empregados ou mais foi de R$ 3.565,48 em 2023, aponta a Rais FOTO: MARCELO CAMARGO / AGÊNCIA BRASIL

"Esse País precisa incluir as mulheres no seu critério de desenvolvimento econômico, na indústria, no trabalho, na agricultura. As mulheres não são pobres coitadas. Todas elas têm chance, têm condições, se lhes derem oportunidades", declarou a ministra.

Vínculos formais - Para o 2º Relatório de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) analisou as informações da Rais de 2023 de 18.044.542 vínculos formais de trabalho, divididos em 10,8 milhões de homens e 7,2 milhões de mulheres.

Ao todo, a soma dos rendimentos desses trabalhadores com carteira de trabalho assinada analisados chegou a R$ 782,99 bilhões. A remuneração média desta população ocupada foi R$ 4.125,77.

O estudo revelou que, nas empresas com 100 empregados ou mais, os trabalhadores homens ganhavam, em média, R$ 4.495,39, enquanto as mulheres recebiam R$ 3.565,48.

Se consideradas somente as trabalhadoras negras, a diferença de remuneração se acentua. No geral, as mulheres negras ganhavam R$ 2.745,26, no ano passado, o que equivalia à metade (50,2%) do salário dos homens não negros: R$ 5.464,29. No período, as mulheres não negras recebiam, em média, R$ 4.249,71. O relatório apontou que 27,9% das empresas de 100 ou mais empregados indicaram ter política de incentivo à contratação de mulheres negras.

Quanto aos cargos de direção e gerência, as mulheres recebem 27% menos do que a remuneração dos homens. Quando se trata de profissionais em nível superior, as mulheres ganham 31,2% abaixo do que remuneram os homens. **(ABr)**

> **"Nós precisamos convencer as empresas, os homens e todo o mundo que as mulheres, hoje, são aquelas que mantêm suas famílias"**
> Cida Gonçalves

CLT prevê igualdade de pagamento para a mesma função

Brasília - A secretária-executiva adjunta do Ministério do Trabalho e Emprego (TEM), Luciana Nakamura, observou que os relatórios de transparência salarial não expõem as empresas, nem os empregados e seus respectivos salários. Ela informou também que, desde 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), já estabelece a igualdade salarial entre homens e mulheres para o mesmo trabalho. Na sua avaliação, a nova lei da igualdade salarial entre mulheres e homens chega para conscientizar as empresas.

"A implementação da política é pedagógica e, aos poucos, todos vão compreender. No fim, pretendemos promover um ambiente de igualdade para as mulheres e, principalmente, a igualdade salarial", estimou a representante do MTE.

A ministra Cida Gonçalves reivindica uma melhoria nas condições de trabalho das mulheres brasileiras FOTO: VALTER CAMPANATO / AGÊNCIA BRASIL

A segunda edição do Relatório de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios foi divulgada no Dia Internacional da Igualdade Salarial, instituído em 2019 pela Organização das Nações Unidas (ONU), com o objetivo de avançar na igualdade de gênero no mundo do trabalho e para chamar à atenção para a desigualdade salarial entre homens e mulheres.

A ONU alertou que, no ritmo atual, serão necessários 300 anos para alcançar a igualdade de gênero no mundo. A ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, declarou que não é possível esperar para melhorar as condições de trabalho das mulheres.

Durante a apresentação do relatório, em Brasília, a representante da ONG Mulheres para o Brasil, Ana Carolina Querino, lembrou, que a igualdade de gênero e empoderamento de todas as mulheres e meninas é o quinto Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e que para alcança-lo até 2030 é preciso acabar com todas as formas de discriminação contra as mulheres. "A gente precisa combater a misoginia porque essa desigualdade salarial reflete a violência em todas as barreiras estruturais que as mulheres enfrentam para participar e ter igualdade de oportunidades na vida pública. **(ABr)**

CURTAS

MEIs na dívida ativa da União

Um levantamento feito pelo aplicativo MaisMei, que auxilia microempreendedores individuais (MEIs) a realizarem tarefas de gestão, mostrou que 9,41% dos CNPJs deste regime de tributação estão na dívida ativa. O valor médio dos débitos dos MEIs com União é de R$ 2.574,00, ainda de acordo com os dados analisados na base de CNPJs cadastrados na MaisMei, que atualmente possui 2.6 milhões de usuários. A *head* de Contabilidade da MaisMei, Kályta Caetano, explica que quando uma pessoa física ou jurídica está em débito com um órgão público, seja na esfera municipal, estadual ou federal, ela pode ter essa pendência inscrita na dívida ativa após o prazo de cobrança administrativa. Nestes casos, é necessário que o MEI faça a regularização o quanto antes, para que a dívida não aumente e, por fim, o empreendedor perca seus benefícios.

Mudanças no Simples Nacional

Uma audiência pública para discutir a regulamentação da reforma tributária está marcada para o começo de outubro na Comissão de Assuntos Econômicos (CA|E) do Senado. Um dos temas propostos para a reunião são alterações para o Simples Nacional que, segundo representantes de entidades que defendem empresas de micro e pequeno porte, serão muito prejudicadas com a reforma. Uma das instituições que encabeçam essa luta no Congresso é a Fecomércio-SP, que tem mais de 130 sindicatos associados e representa mais de 2 milhões de empresas ligadas a comércio, serviços e turismo. Segundo a assessora jurídica da Fecomércio-SP, Sarina Manata, o Simples é um dos principais pleitos da Fecomércio na reforma, sobretudo para não prejudicar empresas que estão no meio da cadeia, ou seja, que vendem ou prestam serviços para outras empresas.

Incidente com dados pessoais

Quase não há como escapar dos incidentes de segurança que envolvam dados pessoais. Um currículo reutilizado como papel rascunho, acesso à informação não autorizada acidental ou ilícita, um *e-mail* enviado para destinatário errado. O que fazer para informar o ocorrido à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) como prevê a lei? "Antes de fazer a comunicação, a empresa deve avaliar se ela é obrigatória", afirma o advogado Luiz Felipe Calábria Lopes, do escritório Lima Netto Carvalho Abreu Mayrink. O especialista explica que, pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGDP), as empresas só estão obrigadas a comunicar a ocorrência de incidentes de segurança nos casos em que podem acarretar risco ou dano relevante aos titulares.

"Direito de Energia"

A Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) lançará, na próxima segunda-feira (23), no Grande Teatro Cemig Palácio das Artes, o livro "Direito de Energia", uma obra que reúne 17 artigos jurídicos com a participação de 25 autores de destaque, tanto da companhia quanto do setor elétrico brasileiro. A publicação foi organizada pela vice-presidente Jurídica, Cristiana Fortini, uma das maiores referências em direito administrativo no Brasil. Cristiana Fortini rompeu várias barreiras ao longo de sua carreira, sendo a primeira mulher a presidir o Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA), uma entidade que há 50 anos reúne especialistas da área. A executiva da Cemig também possui vasta experiência como professora na UFMG e nas Faculdades Milton Campos, além de ter sido a primeira controladora geral de Belo Horizonte.

FINANÇAS

CURTAS

Créditos de carbono do BTG Pactual

A Meta vai comprar até 3,9 milhões de créditos de compensação de carbono do braço florestal do BTG Pactual, o BTG Pactual Timberland Investment Group (TIG), até 2038, anunciaram ONTEM as empresas. As companhias não revelaram o valor do investimento. O preço médio das compensações de carbono florestal na semana passada foi de US$ 4,22 por crédito, de acordo com o provedor de dados Allied Offsets. Com base nesse preço, o negócio poderia ser avaliado em até US$16 milhões. De acordo com a Reuters, a Meta vai comprar 1,3 milhão de créditos de carbono, com opções de compra de mais 2,6 milhões de créditos. Os créditos foram gerados por projetos de restauração florestal do BTG Pactual TIG na América Latina, onde foram plantadas mais de 7 milhões de mudas, afirmaram as empresas. Em junho, a TIG anunciou a venda de 8 milhões de créditos de carbono para a Microsoft, na maior transação de tais créditos em todo o mundo.

Acionistas da Petrobras

A Petrobras alcançou a marca inédita de um milhão de acionistas individuais na bolsa brasileira. Em cinco anos, houve um crescimento de 170% do número de pessoas que têm ações da companhia. O percentual de investidor pessoa física no capital social da companhia é maior que o dos investidores institucionais brasileiros. "O aumento do número de acionistas se soma a uma série de boas notícias que a companhia vem obtendo no mercado e reflete a confiança dos investidores no potencial da companhia e na geração de valor de seus projetos e resultados", informa a empresa. Segundo a Agência Brasil, no ano, o retorno ao acionista preferencial da companhia (valorização + dividendos) é de 11,4%, ao passo em que o petróleo do tipo Brent, referência no mercado internacional, se desvalorizou 4,1% e o índice Ibovespa valorizou 0.6%. Além disso, 12 dos 16 grandes bancos (75%) que cobrem a Petrobras recomendam a compra das ações da companhia.

Busca por moedas digitais

Um total de 134 países, representando 98% da economia global, está explorando versões digitais de suas moedas, com quase metade em estágio avançado e com pioneiros como China, Bahamas e Nigéria começando a ver um aumento no uso. A pesquisa do grupo Atlantic Council, publicada na terça-feira (17), mostrou que os bancos centrais de todos os países do G20 estão agora analisando moedas digitais, e que 44 países no total estão testando-as. Isso representa um aumento em relação a 36 países de um ano atrás e faz parte de um esforço global das autoridades para reagir ao declínio do uso de dinheiro e à ameaça aos seus poderes de impressão de dinheiro por parte do bitcoin e das empresas de tecnologia, informa a Reuters.

Previdência privada

A Brasilprev já registra R$ 380 milhões em reservas relacionadas ao uso da previdência privada como garantia de empréstimo, após ampliar no fim do primeiro semestre para toda a base de clientes do Banco do Brasil o projeto piloto testado desde o começo do ano junto a um grupo limitado. Nos primeiros seis meses do ano, no período de testes, esse saldo somava R$ 120 milhões, segundo a Reuters. "Foi um período um pouco mais restrito, então tem um crescimento exponencial, mas achamos que deve seguir nessa toada até o final do ano", afirmou o superintendente de produtos da Brasilprev, Sandro Bonfim, sem precisar estimativas para o produto.

BC aumenta a taxa Selic em 0,25 ponto percentual

AUTORIDADE MONETÁRIA Em decisão unânime do Copom, os juros básicos sobem para 10,75% ao ano, a primeira elevação do terceiro mandato do presidente Lula

Brasília - O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) elevou a taxa básica de juros (Selic) em 0,25 ponto percentual, de 10,5% para 10,75% ao ano, na primeira alta do terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Em decisão unânime, foi o primeiro aumento de juros em mais de dois anos - em agosto de 2022, a taxa subiu de 13,25% para 13,75%. A Selic ficou um ano naquele patamar até o início do processo de flexibilização do aperto monetário em agosto de 2023.

No ciclo de queda, houve recuo de 3,25 pontos percentuais no acumulado, com seis reduções de 0,5 ponto e uma de 0,25 ponto. Depois da sucessão de cortes, foram duas manutenções seguidas, nos encontros de junho e julho.

A decisão pelo aumento mais brando veio em linha com a expectativa do mercado financeiro. Levantamento feito pela Bloomberg mostrou que a alta da Selic em 0,25 ponto era a projeção majoritária dos economistas consultados.

Esse foi o primeiro encontro do Copom desde que Gabriel Galípolo, atual diretor de Política Monetária, foi indicado por Lula à presidência do BC. Ele será sabatinado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado em 8 de outubro. Se aprovado, fará a transição de comando em um cenário de elevação de juros.

Até o fim do ano, quando termina o mandato de Roberto Campos Neto, atual presidente do BC, o Copom tem duas rodadas de reuniões: 5 e 6 de novembro e 10 e 11 de dezembro. No ano que vem, sete dos nove membros da cúpula do BC terão sido nomeados por Lula.

Direções opostas - Os juros seguiram ontem direções opostas no Brasil e nos Estados Unidos. O Federal Reserve (Fed) , banco central dos EUA, cortou as taxas em 0,5 ponto percentual, para a faixa entre 4,75% e 5%. Foi a primeira redução dos juros desde março de 2020. Esse cenário é favorável para a taxa de câmbio de países emergentes, como o Brasil, e pode tirar um pouco de pressão sobre os próximos passos do BC.

Desde a reunião anterior, em julho, o dólar continuou mostrando força frente ao real, a previsão do Produto Interno Bruto (PIB) refletiu uma economia ainda aquecida no Brasil e cresceu a preocupação com a trajetória da inflação diante das mudanças climáticas e dos possíveis efeitos da estiagem sobre preços de alimentos e energia elétrica.

As projeções de inflação seguiram distantes do centro da meta, afetadas também pelas incertezas dos agentes econômicos sobre os rumos das contas públicas do País.

Conforme dados do boletim Focus, os economistas projetam que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) feche o ano em 4,35%, já perto do teto do alvo. Para 2025, período mais relevante para a decisão do BC, a estimativa está em 3,95%.

A meta de inflação perseguida pelo BC é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos. Isso significa que o objetivo é considerado cumprido se oscilar entre 1,5% (piso) e 4,5% (teto).

Com os efeitos defasados da política monetária sobre a economia, o BC tem a inflação de 2025 na mira e já olha também para 2026. O Copom volta a se reunir nos dias 5 e 6 de novembro para definir o patamar da taxa básica de juros. **(Nathalia Garcia/Folhapress)**

O Copom subiu os juros pela primeira vez em mais de dois anos, após seis cortes sucessivos e duas manutenções seguidas da Selic FOTO: ADRIANO MACHADO / REUTERS

> **"O Fed reduziu os juros nos Estados Unidos em 0,5 ponto percentual, para a faixa entre 4,75% e 5%. Foi o primeiro corte desde março de 2020"**

Alta preocupa entidades empresariais

O aumento da taxa Selic, anunciado ontem pelo Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central (BC), trouxe preocupações para o setor de comércio e serviços da capital mineira. Para a Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte (CDL/BH), o reajuste pode impactar as atividades econômicas, especialmente, no próximo "super trimestre", marcado por datas comemorativas como Dia das Crianças, Black Friday e Natal.

"O aumento da taxa Selic impacta o setor de comércio e serviços, pois restringe o crédito e reduz o poder de compra dos consumidores. Isso resulta em uma queda de demanda por bens e serviços e aumento dos custos operacionais para as empresas. Com juros altos, os consumidores tendem a reduzir gastos, o que pode levar a uma queda nas vendas no varejo e em serviços relacionados. Vale lembrar que estamos nos aproximando do período de maior movimentação do comércio, esse aumento dos juros, ainda que seja para controlar uma pressão inflacionária, pode ter reflexos no desempenho das vendas de fim de ano", avalia o presidente da CDL/BH, Marcelo de Souza e Silva.

O dirigente reforça que, além do aumento da Selic, o equilíbrio fiscal deve ser pauta prioritária do governo. "O compromisso em equilibrar as finanças públicas, reduzir gastos e aumentar as receitas ajudaria a manter as boas expectativas com a melhora na intenção de consumo das famílias, recuperação da renda e queda do endividamento. O comprometimento do governo é fundamental para que isso aconteça e não esmague o crescimento dos setores econômicos", ressalta o dirigente.

"Sabemos da importância de uma política monetária equilibrada, mas o aumento da Selic, que já estava elevada, prejudica o crescimento econômico e traz desafios para o setor de comércio e serviços. O que precisamos é de taxas de juros competitivas, que estimulem os investimentos e o consumo, sem comprometer o processo desinflacionário. Esperamos que haja um outro caminho a ser seguido pela condução da política monetária no país, com menos efeitos negativos, sobretudo para o setor produtivo", afirmou o presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Estado de Minas Gerais (FCDL-MG), Frank Sinatra Chaves.

Consternação - Por meio de nota, a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) expressou profunda consternação e indignação com a postura do Copom e destaca a importância de uma abordagem mais proativa nas próximas reuniões. "É essencial que sejam considerados os cortes na Selic, não apenas como uma medida desejável, mas como uma necessidade urgente para estimular o setor produtivo nacional. Uma taxa de juros mais equilibrada e estável é fundamental para permitir que a economia se fortaleça e se recupere. O Banco Central precisa agir com determinação e tomar medidas audaciosas para evitar que a economia brasileira entre em estado de estagnação. A Fiemg reafirma a necessidade de ajustes na política monetária, a fim de promover um ambiente mais favorável ao crescimento econômico sustentável e à geração de empregos", afirmou a entidade.

"Um verdadeiro prêmio aos especuladores. Assim podemos definir a alta na taxa de juros básica, anunciada pelo Copom. Aumentar a taxa Selic é ir na contramão do desenvolvimento do País", afirmou, por meio de nota, o presidente nacional da Força Sindical, Miguel Torres.

Na avaliação do dirigente, elevar os juros nesse momento traz mais incertezas e tende a desestimular o investimento e o consumo no País. "É importante destacar que a atual política econômica do Banco Central está destoando dos anseios da classe trabalhadora. Infelizmente, essa estratégia de gradualismo, subindo a taxa aos poucos, penaliza de forma nefasta, principalmente, os menos favorecidos economicamente e irá atrapalhar as campanhas salariais deste semestre bem como a produção e o consumo das famílias", alertou.

Arrecadação do governo de Minas sobe 15,9% em agosto

TRIBUTOS Recolhimento de impostos e taxas chegou a R$ 71,7 bilhões no acumulado do ano, um crescimento de 12,89% frente ao mesmo período de 2023, aponta a SEF

JULIANA SODRÉ

A arrecadação do governo de Minas Gerais encerrou agosto com alta de 15,9% se comparada ao mesmo mês do ano passado. No acumulado do ano, os cofres públicos receberam, entre impostos e taxas, R$ 71,7 bilhões. A alta foi puxada, principalmente, pelo recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), que alcançou o maior volume do ano em um mês, superando o recolhimento de julho que já havia sido o maior de 2024.

Conforme os dados divulgados pela Secretaria de Estado de Fazenda (SEF), somente em agosto foram arrecadados R$ 7,03 bilhões em ICMS, ultrapassando pela primeira vez no ano a faixa de R$ 7 bilhões mensais. O volume é 15,5% maior que o do mesmo mês de 2023, quando o Estado abocanhou R$ 6,09 bilhões.

De acordo com a análise da advogada do escritório Diego Leonel & Advogados Associados, Polyany Cunha, a alta do oitavo mês do ano é reflexo da arrecadação gerada pelo movimento das férias de julho.

"Minas em 2024 registrou a maior alta em termos de turismo e ocupação hoteleira dos últimos quatro anos. O período de férias também movimenta muito o comércio, o que eleva a arrecadação do ICMS", explica a especialista.

Além disso, ela pontua que o governo vem intensificando as ações de cobrança e débitos vencidos com mais de 30 dias. Conforme ela explica, já estão sendo enviados para cobrança em dívida ativa, ajuizamento e protesto. "Isso elevou a arrecadação, e a tendência é que a recuperação destes ativos continue a melhorar ao longo de 2024", comenta.

No acumulado do ano, de acordo com os dados da SEF, o pagamento do ICMS também cresceu. De janeiro a agosto, a alta foi de 12,89%, adicionando R$ 5,8 bilhões à arrecadação do mesmo período no ano passado, que foi de R$ 45,5 bilhões.

De janeiro a agosto, o governo estadual recolheu R$ 71,7 bilhões em taxas e impostos, uma alta de 12,94% em relação ao mesmo período em 2023. O montante soma R$ 8,2 bilhões a mais que o mesmo período de 2023, quando os cofres públicos arrecadaram R$ 63 bilhões.

Somente no mês passado foram R$ 8,7 bilhões, que representam aumento de 15,9% com relação ao mesmo intervalo de 2023. Na visão da advogada, o resultado do acumulado do ano é reflexo de uma geração de riqueza que se retroalimenta, melhorando a arrecadação do Estado. Ela avalia que Minas Gerais tem se mostrado à frente do País em termos econômicos.

"O PIB de Minas Gerais totalizou R$ 284 bilhões no segundo trimestre de 2024, o que representa 9,8% do PIB do País. A gestão econômica do Estado tem incentivado os setores da indústria, turismo, serviços, atividades agrícolas e construção, e isto tem reverberado no excelente desempenho econômico", avalia.

A advogada Polyany Cunha aponta efeito das férias no recolhimento de ICMS no Estado FOTO: DIVULGAÇÃO / LETÍCIA MANSUR

> **"Quando a economia cresce, as empresas produzem mais, os consumidores gastam mais e , em geral, há um aumento de transações econômicas. Isso se traduz em uma maior base tributária e, consequentemente, em mais arrecadação de impostos"**
>
> Polyany Cunha

A advogada pontua ainda que a arrecadação do Estado deve encerrar o ano acima do esperado. "Quando a economia cresce, as empresas produzem mais, os consumidores gastam mais e, em geral, há um aumento de transações econômicas. Isso se traduz em uma maior base tributária e, consequentemente, em mais arrecadação de impostos", ressalta.

ITCD - A arrecadação do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCD) aumentou 11% no acumulado do ano frente ao mesmo período de 2023. De janeiro a agosto, foram recolhidos R$ 1,1 bilhão. A alta, na opinião de Polyany Cunha, pode estar ligado ao grande aumento da procura por planejamento sucessório, tendo em vista a reforma tributária, que tem desenhado um cenário de elevação tributária na transmissão de bens por causa mortis.

"No nosso escritório, a realização de planejamento sucessório cresceu em mais de 70%. Visto que a realização do planejamento antes da reforma pode representar uma economia tributária de até 90%", ressaltou.

Caso essa tendência se confirme, ela prevê que haja um crescimento na arrecadação deste imposto também nos próximos meses.

Indicadores Econômicos

Dólar

		18/09/2024	17/09/2024	16/09/2024
COMERCIAL*	COMPRA	R$ 5,4620	R$ 5,4880	R$ 5,5090
	VENDA	R$ 5,4630	R$ 5,4880	R$ 5,5100
PTAX (BC)	COMPRA	R$ 5,4761	R$ 5,5004	R$ 5,5201
	VENDA	R$ 5,4767	R$ 5,5010	R$ 5,5207
TURISMO*	COMPRA	R$ 5,4720	R$ 5,5250	R$ 5,5450
	VENDA	R$ 5,6520	R$ 5,7050	R$ 5,7250

Fonte: BC

Ouro

	18/09/2024	17/09/2024	16/09/2024
Nova Iorque (onça-troy)	US$ 2.559,14	US$ 2.570,03	US$ 2.582,93
BM&F-SP (g)	R$ 452,19	R$ 457,71	R$ 457,71

Fonte: Gold Price

Inflação

Índices	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	No ano	12 meses
IGP-M (FGV)	0,37%	0,50%	0,59%	0,74%	0,07%	-0,52%	-0,47%	0,31%	0,89%	0,81%	0,61%	-	1,71%	3,82%
IPC-Fipe	0,29%	0,30%	0,43%	0,38%	0,46%	0,46%	0,26%	0,33%	0,09%	0,26%	0,06%	-	1,93%	3,17%
IGP-DI (FGV)	0,45%	0,51%	0,50%	0,64%	-0,27%	-0,41%	-0,30%	0,72%	0,87%	0,50%	0,83%	-	1,95%	4,16%
INPC-IBGE	0,11%	0,12%	0,10%	0,55%	0,57%	0,81%	0,19%	0,37%	0,46%	0,25%	0,26%	-	2,95%	4,06%
IPCA-IBGE	0,26%	0,24%	0,28%	0,56%	0,42%	0,83%	0,16%	0,38%	0,46%	0,21%	0,38%	-	2,87%	4,50%
IPCA-IPEAD	0,80%	0,46%	0,30%	0,77%	2,12%	0,24%	0,52%	0,24%	0,62%	1,23%	0,55%	-	5,64%	7,80%

Salário/CUB/UPC/Ufemg/TJLP

	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto
Salário	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00
CUB-MG* (%)	0,13	0,29	0,14	0,07	0,03	0,88	0,75	0,39	0,14	0,24	0,08	0,25
UPC (R$)	24,17	24,29	24,29	24,29	24,35	24,35	24,35	24,08	24,08	24,08	24,44	24,44
UFEMG (R$)	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797
TJLP (&a.a.)	7,00	6,55	6,55	6,55	6,53	6,53	6,53	6,67	6,67	6,67	6,91	6,91

***Fonte:** Sinduscon-MG

TR/Poupança

12/08 a 12/09	0,0744	0,5748	01/09 a 01/10	0,0675	0,5678
13/08 a 13/09	0,0744	0,5748	02/09 a 02/10	0,0714	0,5718
14/08 a 14/09	0,0744	0,5748	03/09 a 03/10	0,0718	0,5722
15/08 a 15/09	0,0708	0,5712	04/09 a 04/10	0,0718	0,5722
16/08 a 16/09	0,0672	0,5675	05/09 a 05/10	0,0718	0,5722
17/08 a 17/09	0,0673	0,5676	06/09 a 06/10	0,0682	0,5685
18/08 a 18/09	0,0710	0,5714	07/09 a 07/10	0,0645	0,5648
19/08 a 19/09	0,0759	0,5763	08/09 a 08/10	0,0684	0,5687
20/08 a 20/09	0,0751	0,5755	09/09 a 09/10	0,0722	0,5726
21/08 a 21/09	0,0745	0,5749	10/09 a 10/10	0,0724	0,5728
22/08 a 22/09	0,0708	0,5712	11/09 a 11/10	0,0726	0,5730
23/08 a 23/09	0,0672	0,5675	12/09 a 12/10	0,0730	0,5734
24/08 a 24/09	0,0672	0,5675	13/09 a 13/10	0,0693	0,5696
25/08 a 25/09	0,0709	0,5713	14/09 a 14/10	0,0656	0,5659
26/08 a 26/09	0,0755	0,5759	15/09 a 15/10	0,0694	0,5697
27/08 a 27/09	0,0763	0,5767	16/09 a 16/10	0,0733	0,5737
28/08 a 28/09	0,0770	0,5774	17/09 a 17/10	0,0734	0,5738

Taxas Selic

	Tributos Federais (%)	Meta da Taxa a.a. (%)
Setembro	0,97	12,75
Outubro	1,00	12,75
Novembro	0,92	12,25
Dezembro	0,89	11,75
Janeiro	0,97	11,75
Fevereiro	0,80	11,25
Março	0,83	10,75
Abril	0,89	10,75
Maio	0,83	10,50
Junho	0,79	10,50
Julho	0,91	10,50
Agosto	0,87	10,50

Reservas Internacionais

17/09.. US$ 371.197 milhões

Fonte: BCB-DSTAT

Imposto de Renda

Base de Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir (R$)
Até 2.259,20	Isento	Isento
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Deduções:

a) R$ 189,59 por dependente (sem limite).
b) Faixa adicional de R$ 1.903,98 para aposentados, pensionistas e transferidos para a reserva remunerada com mais de 65 anos.
c) Contribuição previdenciária.
d) Pensão alimentícia.

Limite mensal de desconto simplificado: R$ 564,80
Medida Provisória nº 1.171, de 30 de abril de 2023

Obs: Para calcular o valor a pagar, aplique a alíquota e, em seguida, a parcela a deduzir.
Fonte: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/meu-imposto-de-renda/tabelas/2024 - A partir de fevereiro de 2024.

Taxas de câmbio

MOEDA/PAÍS	CÓDIGO	COMPRA	VENDA
BOLIVIANO/BOLIVIA	30	0,7823	0,7995
COLON/COSTA RICA	35	0,3477	0,3499
COLON/EL SALVADOR	40	0,01051	0,01064
COROA DINAMARQUESA	55	0,816	0,8162
COROA ISLND/ISLAN	60	0,03992	0,04001
COROA NORUEGUESA	65	0,5166	0,5169
COROA SUECA	70	0,5364	0,5366
DIRHAM/EMIR.ARABE	145	1,4908	1,4912
DOLAR AUSTRALIANO	150	3,7002	3,7012
DOLAR/BAHAMAS	155	5,4761	5,4767
DOLAR CANADENSE	165	4,0242	4,0249
DOLAR DA GUIANA	170	0,02602	0,02632
DOLAR CAYMAN	190	6,5582	6,6384
DOLAR CINGAPURA	195	4,2283	4,2314
DOLAR HONG KONG	205	0,7028	0,7028
DOLAR CARIBE ORIENTAL	210	0,8022	0,8091
DOLAR DOS EUA	220	5,4761	5,4767
FORINT/HUNGRIA	345	0,01543	0,01543
FRANCO SUICO	425	6,4729	6,4744
GUARANI/PARAGUAI	450	0,0007011	0,0007016
IENE	470	0,03858	0,03859
LIBRA/EGITO	535	0,1127	0,113
LIBRA ESTERLINA	540	7,2268	7,2281
LIBRA/LIBANO	560	0,0000611	0,0000612
LIBRA/SIRIA, REP	575	0,0004211	0,0004213
NOVO DOLAR/TAIWAN	640	0,171	0,1712
NOVO SOL/PERU	660	1,4578	1,4585
PESO ARGENTINO	665	0,06539	0,06544
PESO CHILE	715	0,005875	0,005879
PESO/COLOMBIA	720	0,001308	0,001309
PESO/CUBA	725	0,2282	0,2282
PESO/REP. DOMINIC	730	0,09093	0,09152
PESO/FILIPINAS	735	0,09825	0,0983
PESO/MEXICO	741	0,2838	0,284
PESO/URUGUAIO	745	0,1332	0,1334
QUETZEL/GUATEMALA	770	0,7075	0,7094
RANDE/AFRICA SUL	775	0,0026	0,002616
RENMINBI HONG KONG	796	0,773	0,7731
RIAL/CATAR	800	1,5017	1,5025
RIAL/ARAB SAUDITA	820	1,4591	1,4593
RINGGIT/MALASIA	828	1,2897	1,2911
RUBLO/RUSSIA	830	0,0592	0,05921
RUPIA/INDIA	860	0,06543	0,06548
WON COREIA SUL	930	0,004133	0,004136
EURO	978	6,0867	6,0879

Fonte: Banco Central / Thomson Reuters

Contribuição ao INSS

TABELA DE CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DE DE 01/05/2023

Tabela de contribuição dos segurados empregados, inclusive o doméstico, e trabalhador avulso

Salário de contribuição (R$)	Alíquota (%)
Até R$ 1.412,00	7,50
De R$ 1.412,01 até R$ 2.666,68	9,00
De R$ 2.666,69 até R$ 4.000,03	12,00
De R$ 4.000,04 até R$ 7.786,02	14,00

CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS AUTÔNOMOS, EMPRESÁRIO E FACULTATIVO

Salário base (R$)	Alíquota %	Contribuição (R$)
1.412,00	5 (*)	70,60
1.412,00	11 (**)	155,32
1.412,01 até 7.786,02	20	Entre 282,40 (salário mínimo) e 1.557,20 (teto)

*Alíquota exclusiva do Facultativo Baixa Renda;
**Alíquota exclusiva do Plano Simplificado de Previdência;

COTAS DE SALÁRIO FAMÍLIA

	Remuneração	Valor unitário da quota
A Partir de 01/01/2024		
(Portaria ME 914/2020)	Até R$ 1.819,26	R$ 62,04

Fonte: Tabelas INSS e SF: Portaria Interministerial MTP/ME nº 12, de 17 de Janeiro de 2022

FGTS

Índices de rendimento (Coeficientes de JAM Mensal)

Competência do Depósito	Crédito	3% *	6%
Maio/2024	Julho/2024	0,002832	0,005234
Junho/2024	Agosto/2024	0,003207	0,005610

* Taxa que deverá ser usada para atualizar o saldo do FGTS no sistema de Folha de Pagamento.

Fonte: Caixa Econômica Federal

Seguros

05/09	0,01367246	3,05171087
06/09	0,01367290	3,05180928
07/09	0,01367334	3,05190677
08/09	0,01367334	3,05190677
09/09	0,01367334	3,05190677
10/09	0,01367378	3,05200411
11/09	0,01367422	3,05210215
12/09	0,01367466	3,05220085
13/09	0,01367510	3,05229954
14/09	0,01367554	3,05239719
15/09	0,01367554	3,05239719
16/09	0,01367554	3,05239719
17/09	0,01367598	3,05249498
18/09	0,01367642	3,05259346
19/09	0,01367687	3,05269415

Fonte: Fenaseg

TBF

12/09 a 12/10	0,8312
13/09 a 13/10	0,7943
14/09 a 14/10	0,7566
15/09 a 15/10	0,7952
16/09 a 16/10	0,8338
17/09 a 17/10	0,8345

Aluguéis

Fator de correção anual residencial e comercial

IPCA (IBGE)	
Julho	1,0450
IGP-DI (FGV)	
Julho	1,0416
IGP-M (FGV)	
Julho	1,0382

Agenda Federal

sage

Dia 20

Cofins - Entidades Financeiras - Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram no mês de agosto/2024 (art. 18, I, da Medida Provisória nº 2.158-35/2001, alterado pelo art. 1º da Lei nº 11.933/2009):
Cofins - Entidades Financeiras e Equiparadas - Cód. Darf 7987. Se o dia do vencimento não for dia útil, antecipa-se o prazo para o primeiro dia útil que o anteceder (art. 18, parágrafo único, da Medida Provisória nº 2.158-35/2001).
Darf Comum (2 vias)

Cofins/CSLL/PIS-Pasep - Retenção na Fonte - Recolhimento da Cofins, da CSLL e do PIS-Pasep retidos na fonte sobre remunerações pagas por pessoas jurídicas a outras pessoas jurídicas, correspondente a fatos geradores ocorridos no mês de agosto/2024. (Lei nº 10.833/2003, art. 35, com a redação dada pelo art. 24 da Lei nº 13.137/2015).
• Se o dia do vencimento não for dia útil, antecipa-se o prazo para o primeiro dia útil que o anteceder. Darf Comum (2 vias)

Dirbi - Entrega da Declaração de Incentivos, Renúncias, Benefícios e Imunidades de Natureza Tributária (Dirbi), relativamente ao período de apuração julho/2024, com informações relativas a valores do crédito tributário referente a impostos e contribuições que deixaram de ser recolhidos em razão da concessão dos incentivos, renúncias, benefícios e imunidades de natureza tributária, usufruídos pelas pessoas jurídicas constantes do Anexo Único da Instrução Normativa RFB nº 2.198/2024 (Instrução Normativa RFB nº 2.198/2024, art. 5º). Internet

EFD - Distrito Federal - Distrito Federal - O arquivo digital da EFD- ICMS/IPI deverá ser transmitido pelos contribuintes do IPI, exceto os inscritos no Simples Nacional, ao ambiente nacional do Sped, até o 20º dia do mês subsequente ao da apuração do imposto, observada a legislação específica do Distrito Federal (Instrução Normativa RFB nº 1.685/2017, art. 12). Internet

FGTS - Depósito, em conta bancária vinculada, dos valores relativos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) correspondentes à remuneração paga ou devida em agosto/2024 aos trabalhadores. Caso o dia 20 não seja dia útil, deve-se antecipar o recolhimento.
Notas:
(1) Na data de vencimento ou de validade da guia, o FGTS deve ser recolhido até as 21h59m59s - horário de Brasília.
(Lei nº 8.036/1990, art. 15, caput; Portaria MTE nº 240/2023, art. 27; Manual de Orientação do FGTS Digital - SIT/MTE, Capítulo II, subitem 3.1.1.1; Cartilha Operacional do Empregador - Caixa, subitem 2.9)
(2) A Circular Caixa nº 1.046/2024 divulgou orientações sobre o uso do SEFIP/Conectividade Social para depósito do FGTS em situações de contingência.
Guia do FGTS Digital (GFD)
(veja nota nº 2)

IRPJ/CSLL/PIS/Cofins - Incorporações imobiliárias - Regime Especial de Tributação - Recolhimento unificado do IRPJ/CSLL/PIS/Cofins, relativamente às receitas recebidas em agosto/2024 - Regime Especial de Tributação (RET) aplicável às incorporações imobiliárias (Instrução Normativa RFB nº 1.435/2013, arts. 5º e 8º, § 2º; e art. 5º da Lei nº 10.931/2004, alterado pela Lei nº 12.024/2009) - Cód. Darf 4095.
• Não havendo expediente bancário, prorroga-se o recolhimento para o dia útil imediatamente posterior. Darf Comum (2 vias)

IRPJ/CSLL/PIS/Cofins - Incorporações imobiliárias - Regime Especial de Tributação - PMCMV - Recolhimento unificado do IRPJ/CSLL/PIS/Cofins, relativamente às receitas recebidas em agosto/2024 - Regime Especial de Tributação (RET) aplicável às incorporações imobiliárias e às construções no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV (Instrução Normativa RFB nº 1.435/2013, arts. 5º e 8º, § 2º; e Lei nº 10.931/2004, art. 5º, alterado pela Lei nº 12.024/2009, art. 1º) - Cód. Darf 1068.
• Não havendo expediente bancário, prorroga-se o recolhimento para o dia útil imediatamente posterior. Darf Comum (2 vias)

IRRF - Recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente a fatos geradores ocorridos no mês de agosto/2024, incidente sobre rendimentos de beneficiários identificados, residentes ou domiciliados no País. (art. 70, I, "e", da Lei nº 11.196/2005, com a redação dada pela Lei Complementar nº 150/2015).
• Se o dia do vencimento não for dia útil, antecipa-se o prazo para o primeiro dia útil que o anteceder.
Darf Comum (2 vias)

VARIEDADES

Vale abre edital para cultura mineira no valor de R$ 400 mil

Memorial Minas Gerais Vale lançou terceira edição do Edital Apoia e inscrições no Estado vão até 12 de outubro FOTO: DIVULGAÇÃO / HB AUDIOVISUAL

CLÁUDIA DUARTE, Editora

Uma ótima notícia para a área cultural do Estado. O Memorial Minas Gerais Vale lançou a terceira edição do Edital Apoia, voltado à cultura popular. Serão R$ 400 mil destinados a artistas, detentores e grupos da cultura popular regional de Minas. No Espírito Santo, o Museu Vale também está com edital aberto. As premiações irão contemplar, exclusivamente, projetos desses estados que abrigam dois dos quatro centros culturais que integram o Instituto Cultural Vale.

O Apoia é realizado com recursos da Lei Federal de Incentivo à Cultura e visa reforçar o compromisso do instituto com a diversidade de produções e agentes da cultura. "Reconhecer a pluralidade artística popular existente no Brasil é um dos objetivos que norteiam nosso trabalho. É um apoio à valiosa contribuição de produtores e fazedores de cultura, que mantêm tradições e saberes nos estados onde atuamos", afirma o diretor-presidente do Instituto Cultural Vale, Hugo Barreto, diretor-presidente do Instituto Cultural Vale

O edital vai selecionar propostas em diversas linguagens artísticas, como artes visuais, música, dança, festejos e celebrações. Serão 40 projetos premiados com o valor de R$ 10 mil cada, por estado. O processo de seleção será feito por um comitê técnico composto por profissionais especialistas locais.

Em Minas Gerais, o edital já premiou projetos em mais de 50 municípios mineiros. "O Edital Apoia amplia as fronteiras do museu para o vasto estado de Minas Gerais, reconhecendo e premiando artistas e valorizando a cultura popular, afirma Wagner Tameirão, responsável pelo Memorial Minas Gerais Vale.

As inscrições para o Edital Apoia em Minas Gerais podem ser realizadas até 12 de outubro no site do Memorial Minas Gerais Vale – *memorialvale.com.br*. Lá também pode ser acessado o edital completo.

Memorial Vale Itinerante - O edifício-sede que abriga o Memorial Minas Gerais Vale, no Circuito Liberdade, está sendo renovado para oferecer aos visitantes novas experiências sobre a história, a arte e as tradições mineiras.

Fechado temporariamente para essas obras, o museu está funcionando em itinerância pelo Estado. É bom relembrar que a primeira iniciativa já foi inaugurada e vai até o dia 12 de dezembro no Espaço 356 (rua Adriano Chaves e Matos, 100 - Olhos D'Água, em Belo Horizonte), com a exposição imersiva "O Extraordinário Universo de Leonardo da Vinci". A mostra proporciona uma viagem pelas invenções, pelos experimentos e pelas criações artísticas do grande gênio do período renascentista. A entrada é gratuita e os ingressos podem ser retirados no site do Memorial Vale.

Após a conclusão das obras, o edifício-sede que abriga o Memorial na Praça da Liberdade receberá uma nova estratégia de ocupação museográfica e infraestrutural. Criada a muitas mãos, a nova expografia permanente tem a curadoria de Isa Ferraz e Marcelo Macca e fará uma mistura inédita de obras de arte, objetos históricos e peças audiovisuais criadas especialmente para o museu, propondo um diálogo entre o ontem, o hoje e o amanhã no qual o visitante é o protagonista.

Tony Ramos volta aos palcos com Denise Fraga

Primeiro encontro nos palcos dos atores Tony Ramos e Denise Fraga, a peça "O que só sabemos juntos" é um chamado urgente. Uma convocação para que cada pessoa saia de sua bolha de isolamento e seja capaz de, genuinamente, se colocar no lugar do outro, sentir suas dores e compreender suas angústias, mas também suas alegrias, transformações e conquistas. O espetáculo teve sua estreia em abril de 2024 no Teatro Tuca, em São Paulo e depois outra temporada de sucesso no Rio de Janeiro. E agora desembarca em Belo Horizonte.

"O que só sabemos juntos" chega ao Teatro Sesiminas (rua Padre Marinho, 60 - Santa Efigênia) de hoje (19) a domingo (22) para somente quatro sessões no Festival Sesi em Cena, iniciando a turnê pelo Brasil. Hoje, quinta-feira e sexta-feira, o espetáculo é às 20 horas, e no domingo, às 19h. Os ingressos são vendidos pelo site *https://bileto.sympla.com.br*.

Denise Fraga e Tony Ramos são mais do que dois dos mais célebres e reconhecidos atores do Brasil: ambos são conhecidos por sua consciência cidadã e a necessidade de estarem sempre em diálogo artístico com temas urgentes da vida do País e do mundo.

Valendo-se de dispositivos de interação direta e delicada com a plateia (alguns dos quais já foram experimentados com sucesso em "Eu de você"), "O que só sabemos juntos" se pretende um espetáculo-festa-despertador, uma mola propulsora que tira o espectador da apatia, de sua tela e o convoca a experimentar no aqui e agora, emoções, ações e, principalmente, entender que todos dependem uns dos outros nessa peça, como na vida. Imaginar mundos possíveis em conjunto e construir com o público, daquele dia, o espetáculo.

"O que só sabemos juntos" também tem um inevitável caráter de celebração: celebração do primeiro encontro de dois atores lendários nos palcos (Tony com 60 anos de carreira; Denise Fraga com 40, trajetórias que somam um século), celebração da continuidade da trajetória excepcional que a atriz vem construindo no teatro e também da volta de Tony Ramos aos palcos, depois de 20 anos se dedicando ao audiovisual.

Denise Fraga e Tony Ramos estão no palco juntos pela primeira vez; em BH, temporada tem quatro sessões no Teatro Sesiminas FOTO: CACÁ BERNARDES / BRUTA FLOR